

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A Construção Acadêmica da Ciência Política no Brasil:
Formação, Evolução e Perfil da Disciplina no Rio Grande do Sul**

CRISTIANA MAGLIA

PORTO ALEGRE
2016

CRISTIANA MAGLIA

**A Construção Acadêmica da Ciência Política no Brasil:
Formação, Evolução e Perfil da Disciplina no Rio Grande do Sul**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial à obtenção do título Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres

PORTO ALEGRE
2016

CRISTIANA MAGLIA

CIP - Catalogação na Publicação

Maglia, Cristiana

A Construção Acadêmica da Ciência Política no Brasil: Formação, Evolução e Perfil da Disciplina no Rio Grande do Sul / Cristiana Maglia. -- 2016.
80 f.

Orientador: Paulo Sérgio Peres.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. História Ciência Política . 2. Rio Grande do Sul. 3. Ciência Política no Brasil. I. Peres, Paulo Sérgio, orient. II. Título.

A Construção Acadêmica da Ciência Política no Brasil: Formação, Evolução e Perfil da Disciplina no Rio Grande do Sul

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial à obtenção do título Mestre em Ciência Política.

Trabalho apresentado em 29 de fevereiro de 2016, sob o exame da seguinte banca:

Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres – UFRGS
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Maria Izabel Noll – UFRGS

Prof. Dr. Hélio Ricardo do Couto Alves – UFRGS

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira – PUCRS

Para Lucas, meu grande amor.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, juntamente aos seus professores, pela excelência acadêmica proporcionada, que reafirmou minha crença no ensino público de qualidade como ação transformadora do indivíduo e da sociedade. Agradeço ao Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres pelo constante apoio na minha formação intelectual e pessoal ao longo desse período, bem como pela orientação deste trabalho, e, claro, pela amizade.

No meio institucional, agradeço ainda aos professores que me concederam entrevista para o trabalho, Hélgio Trindade, Izabel Noll, Mercedes Cánepa, Francisco Ferraz, José Giusti Tavares, Céli Pinto, André Marengo dos Santos, Álvaro Barreto, Daniel de Mendonça e Ângela Quintanilha. Agradeço também ao secretário Lucas Greff Dias pela ajuda.

Gostaria de agradecer à minha família por todo o apoio e, especialmente, aos meus pais, Teresinha e João Batista, pelo amor incondicional e por formar a minha base sólida. Agradeço pelo exemplo de caráter e perseverança e pelos ensinamentos diários nos mais diversos assuntos. Agradeço também aos meus irmãos e aos seus núcleos familiares pelo carinho. Ainda, gostaria de agradecer a minha outra família, à Clarice e à vó Suely, pelo acolhimento.

Agradeço ainda aos meus amigos, aos de sempre e aos de agora, aos de longe e aos de perto, das Relações Internacionais, do CEGOV, do mestrado e da vida, pelas risadas e pelos afagos. Sem a amizade de Alexandre Spohr, Bruna Boscaini, Isadora Loreto, Juliana Freitas, Joana Oliveira, Gustavo Möller, Liziane Lemos, Luigia Salvador, Luiza Andriotti, Marcelo Celente, Marcelo Kanter, Marcelo Leal, Mariana Steffen, Marina Bohnenberger, Melina Mörschbacher, Rayssa Neckel, Vinícius Fernandes, Vinícius Lara e Vinícius Luz, esse trabalho teria sido ainda mais difícil.

Por fim, agradeço ao Lucas, pela nossa caminhada até aqui, pelo apoio constante para a consecução dos meus e dos nossos objetivos e pelo amor mais lindo do mundo. E ao Nestor, por compor nossa família.

RESUMO

O objetivo central deste estudo é reconstruir a história do processo autonomização acadêmica da Ciência Política no Rio Grande do Sul, desde a criação do Programa de Pós-Graduação até o momento atual, a partir da análise descritiva de documentos e de entrevistas com personagens centrais desse processo. Com base nesse material, defendo o argumento de que houve uma geração de cientistas políticos na UFRGS que contribuiu de maneira relevante para a autonomia acadêmica da disciplina em âmbito regional e nacional, e, concomitantemente, foi responsável pela difusão local dos paradigmas predominantes na Ciência Política norte-americana e europeia. Para evidenciar a adesão aos paradigmas, são analisadas as teses e dissertações defendidas no período de 1977 a 2014, com base em categorias que permitem sua classificação. Em termos teórico-metodológicos, essa reconstrução segue o modelo de análise da história da ciência proposto por Thomas Kuhn, que concentra seu foco na formação e nos valores da comunidade científica em torno de compromissos epistemológicos e metodológicos que compõem um paradigma de investigação.

ABSTRACT

The main objective of this study is to reconstruct the history of academic autonomization process of the Political Science discipline in Rio Grande do Sul, since the creation of the its first Graduate Program until the present time, through the descriptive analysis of documents and interviews with central actors of this process. On this basis, it is sustained the argument that there was a generation of political scientists at UFRGS who has contributed in a significant way to the academic autonomy of the discipline at the regional and national level, and, thus, concomitantly, was responsible for the local diffusion of the paradigms prevailing in North American and European Political Science. In order to demonstrate the relative adherence to each paradigm, the theses and dissertations defended in the period 1977-2014, will be analyzed based on categories that allow their classification. In theoretical and methodological terms, that reconstruction follows the model of analysis of the history of science proposed by Thomas Kuhn, which concentrates its focus on the formation and the values of the scientific community on certain epistemological and methodological commitments that make up a research paradigm.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Linhas de Pesquisa do PPG em Ciência Política UFRGS, por Período	52
GRÁFICO 2 Quadro de Docentes da área de Ciência Política na UFRGS (1960-2014). 53	
GRÁFICO 3 Produção de Teses e Dissertações no PPG em Ciência Política UFRGS (1977-2014).....	57
GRÁFICO 4 Evolução da Proporção de Teses e Dissertações Defendidas no PPG em Ciência Política UFRGS, de Acordo com as Abordagens Adotadas.....	58
GRÁFICO 5 Evolução Proporcional da Produção Científica do PPG em Ciência Política UFRGS, de acordo com o Paradigma Adotado (1977-2014)	60
GRÁFICO 6 Produção de Teses e Dissertações no PPG em Ciência Política UFPel (2012-2014)	61
GRÁFICO 7 Proporção de Dissertações Defendidas no PPG em Ciência Política UFPel, de acordo com a Abordagem Adotada (2012-2014)	62
GRÁFICO 8 Distribuição Proporcional da Produção Científica do PPG em Ciência Política UFPel, de Acordo com o Paradigma Adotado (2012-2014)	63

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 Modelo Classificatório da Produção Científica das teses e dissertações.. 35

QUADRO 2 Primeira Grade Curricular da Graduação em Ciências Sociais (1959) 40

TABELA 1 Doações da Fundação Ford para Pesquisas em Ciências Sociais no Brasil (1966-1990) 44

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA CIÊNCIA POLÍTICA	14
3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	
3.1. Modelo Teórico	30
3.2. Metodologia.....	34
4. A CONSTRUÇÃO ACADÊMICA DA DISCIPLINA NO RIO GRANDE DO SUL	
4.1. Surgimento e Evolução	37
4.2. Os Paradigmas na Visão dos Pesquisadores.....	54
5. PERFIL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	
5.1. Análise das Teses e Dissertações da UFRGS	56
5.2. Análise das Dissertações da UFPel	61
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
ANEXO	77

1. INTRODUÇÃO

Numa recente avaliação sobre a Ciência Política no Brasil, Lessa (2010) constatou que ainda não temos propriamente uma história da disciplina. Realmente não dispomos de uma história abrangente que inclua as diversas experiências regionais do país, o que significa que sequer temos um volume suficiente de estudos de casos variados para subsidiar sínteses mais conclusivas. Tampouco temos uma história da disciplina que seja teoricamente orientada de modo a permitir a reconstrução de sua evolução com o foco voltado para os programas de pesquisa ou paradigmas adotados em cada contexto e período. Isso não quer dizer, entretanto, que não existem estudos que, de algum modo, direta ou indiretamente, abordam aspectos da trajetória da Ciência Política no país. Inclusive, o interesse dos cientistas políticos brasileiros pela formação e evolução de sua disciplina começou a crescer nos últimos anos, especialmente no que se refere ao mapeamento da expansão da área no país e sua produção acadêmica.

Um apanhado geral dessa literatura mostra que existem pesquisas que, embora tenham como objeto as Ciências Sociais, acabam considerando parte da história da Ciência Política (MICELI, 2005; 1995; TRINDADE, 2007). Também há estudos que exploram seu desenvolvimento nos departamentos e Programas de Pós-graduação, limitando-se aos casos da Universidade Federal de Minas Gerais, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo, que mesmo fundamentais, mas não são os únicos casos relevantes (QUIRINO, 1994; FORJAZ, 1997; PEIXOTO, 2001; ALMEIDA, 2001). Há, ainda, analistas que discutem seu processo de institucionalização acadêmica mais recente (AMORIM NETO; SANTOS, 2005; 2015; MARENCO, 2015a; LEITE; CODATO, 2013), assim como uma variedade de estudos que se dedicam à avaliação da sua produção científica, ao balanço da situação da área e aos desafios a serem superados (AMORIM NETO; SANTOS, 2005, 2015; MARENCO, 2014; 2015a; LEITE, 2010; 2015; NICOLAU; OLIVEIRA 2014; TRINDADE, 2007; 2012; SOARES, 2005; ALMEIDA, 2005; VIANNA; CARVALHO; MELO; BURGOS, 1998; REIS, 1993; REIS; ARAÚJO, 2005; SANTOS, 1980). Não obstante, de fato carecemos de uma historiografia – e uma historiografia que seja aprofundada, abrangente e analítica. Em outras palavras, temos toda uma agenda de pesquisas a ser implementada e uma tradição de investigação histórica a ser construída.

O problema dessa escassez de estudos é que as fontes mais recorrentes das informações sobre o processo de autonomização acadêmica da área no país são apenas breves artigos já antigos (LAMOUNIER, 1982; FORJAZ, 1979; 1997). Esses trabalhos – em alguma medida auxiliados pela reflexão anterior de Santos (1967, 1970) – consolidaram uma “narrativa canônica” a respeito das origens e da evolução da disciplina no contexto nacional. De acordo com essa narrativa, a Ciência Política brasileira surgiu a partir da criação dos Programas de Pós-graduação na UFMG e no IUPERJ, nos anos 1960. Esse surgimento, considerado tardio, caracterizou-se pela necessidade de superação do tipo de análise política que predominava até então e que estava sob o controle da Sociologia da USP e das Faculdades de Direito. Essa tradição excessivamente estrutural-funcionalista, marxista, formalista, ensaística e normativa impedia o desenvolvimento de uma Ciência Política verdadeiramente científica e politológica, uma vez que descuidava da cientificidade das análises e violava a necessária demarcação da disciplina diante das demais – nomeadamente a Sociologia e a Filosofia. Comprometida com o rigor científico, uma nova geração de cientistas políticos mineiros e cariocas deu, então, início ao processo de implantação da Ciência Política no país e seu gradativo processo de institucionalização.

Essa narrativa histórica contém pelo menos três problemas. Em primeiro lugar, é insuficiente, pois é baseada em poucos estudos empíricos alicerçados numa quantidade reduzida de informações e de casos. Por isso é preciso cautela, não aceitando suas conclusões tão prontamente; ainda mais quando se reconhece que não dispomos de uma história e muito menos de uma historiografia sobre a Ciência Política brasileira¹. Em segundo lugar, defende, às vezes tácita e outras vezes explicitamente, a perspectiva de que a Ciência Política brasileira surgiu tardiamente, quando, na verdade, em termos comparados, inclusive com os Estados Unidos, as diferenças na evolução da disciplina residem mais na escala alcançada pela construção acadêmica, estruturas curriculares e pela profissionalização do que propriamente no *timing* da adoção das

¹ Esse reconhecimento é manifesto pela própria Associação Brasileira de Ciência Política, que, tentando suprir essa lacuna, lançou, em 2014, o projeto “Ciência Política no Brasil: História, conceitos e métodos”, sobre a história da disciplina no país, com a realização de seminários no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e São Paulo. Mais informações podem ser encontradas no sítio do projeto, em memoria.cienciapolitica.org.br.

abordagens teóricas e metodológicas. Neste trabalho, é considerado que houve diferença quanto ao período de tempo, mas essa nunca foi tão larga e, em alguns casos, o tipo de Ciência Política que se fez no Brasil esteve em sincronia com o que se fazia nos Estados Unidos e Europa.

Finalmente, essa narrativa é incompleta porque São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro aparecem como os únicos estados relevantes nessa história de demarcação científica e construção acadêmica da disciplina – o primeiro como antagonista e os dois últimos como protagonistas. Tudo se passa como se não houvesse tradição de análise política em outros estados e regiões, como se a Ciência Política fosse o produto de ações circunscritas ao pequeno grupo de jovens cientistas políticos mineiros e cariocas. E como se a Ciência Política fosse uma disciplina que só surgiu no mundo após a Segunda Guerra, com a chamada revolução comportamentalista. Essa história, ao contrário, é mais complexa, pois envolve a concepção do que é a Ciência Política e de como contar sua história. Ela também é mais diversa, tanto em termos regionais como no que se refere às contribuições de indivíduos e de outros departamento e programas de pós-graduação.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, onde foi criado o terceiro programa de pós-graduação do país, havia igualmente uma tradição de análise política de importância nacional, inclusive com impactos diretos na política prática, como foi o caso de Assis Brasil. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul também contou com uma geração que colaborou não apenas para a construção da Ciência Política na região e no país enquanto uma disciplina academicamente autônoma, mas também para a difusão de abordagens e paradigmas em sincronia com o que predominava nos Estados Unidos e Europa naquele período.

Minha proposta nesta dissertação é apresentar uma pequena colaboração para a superação desse hiato na história da Ciência Política no Brasil. Com essa perspectiva, o objetivo central deste estudo é reconstruir a história do processo de busca de autonomia acadêmica da disciplina no Rio Grande do Sul desde a criação do Programa de Pós-Graduação até o momento atual, a partir da análise descritiva de documentos e de entrevistas com personagens centrais desse processo. Com base nesse material,

defendo o argumento de que houve uma geração de cientistas políticos na UFRGS que contribuiu de maneira relevante para a autonomia acadêmica da disciplina em âmbito regional e nacional, e, concomitantemente, foi responsável pela difusão local dos paradigmas predominantes na Ciência Política norte-americana e europeia. Ou seja, a autonomia acadêmica da Ciência Política brasileira também contou com a colaboração dos cientistas políticos do Rio Grande do Sul, inclusive por meio de diversas pesquisas conjuntas com seus colegas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em termos teórico-metodológicos, essa reconstrução segue o modelo de análise da história da ciência proposto por Thomas Kuhn, que concentra seu foco na formação e nos valores da comunidade científica em torno de compromissos cosmológicos, epistemológicos e metodológicos que compõem um paradigma de investigação partilhado por seus componentes (KUHN, 2005). Isso significa que o processo de formação acadêmica dos membros da comunidade, as redes de relacionamento, a estruturação institucional, a produção científica, entre outros, são fatores cruciais na análise. Portanto, além da narrativa histórica extraída dos documentos e entrevistas – contendo fatos, eventos, personalidades e todo o tipo de informações e fatores que poderíamos chamar de “extra-científicos” –, há um enquadramento que organiza essas informações de maneira classificatória, que são os paradigmas que predominaram em determinados períodos. Para capturar de maneira mais objetiva esses alinhamentos paradigmáticos, analiso também as dissertações e teses defendidas, de acordo com uma classificação que permite diferenciar e agrupar os tipos de abordagens privilegiados.

Para a consecução do objetivo proposto, a discussão está estruturada da seguinte forma. Na próxima seção, contextualizo o problema da pesquisa de maneira mais detalhada, a partir da análise crítica da historiografia da Ciência Política nos Estados Unidos e da “narrativa canônica” sobre a história da disciplina no Brasil. Na seção subsequente, apresento o enquadramento teórico e metodológico que orientará a análise do material empírico. Em seguida, apresento uma reconstrução descritiva do processo de construção da autonomia acadêmica da Ciência Política no estado e analiso as dissertações e teses de acordo com as abordagens e paradigmas adotados.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA CIÊNCIA POLÍTICA

Embora seja um fato pouco percebido pelos cientistas, observa James Farr (1990, p. 1027-1028), "(...) the identity and education of a discipline depend both on its past and how the story of that past get told"². Isso porque, conforme salientam Adcock e Bevir (2005, p. 02) "just as political actors work from a background of historically given practices and beliefs that they interpret and refashion in their actions, so do political scientists"³. Portanto, a identidade de uma área científica e de seus praticantes depende substancialmente de sua história, o que, por sua vez, dependerá de sua historiografia. Ou seja, é fundamental não apenas reconstruir analiticamente sua história, mas também avaliar os modos pelos quais ela é "contada" e "recontada" (FARR, 1990; 1988; SABIA, 1984; FARR; DRYZEK; LEONARD, 1995). Afinal, "a key role is played by narratives of the past that serve to frame debate and choices in the present. Just like individuals, disciplines find and help forge much of their identity in and through their history"⁴ (FARR, 1990, p. 1028).

Já há algum tempo atentas para essa questão, diversas disciplinas das Ciências Humanas mostraram-se interessadas no estudo de sua história – suas origens, seu desenvolvimento, sua profissionalização e institucionalização acadêmica, assim como a evolução de suas teorias e o delineamento de suas metodologias (GUNNELL, 1991; FARR, 1990). Algumas delas até chegaram a criar revistas destinadas exclusivamente à publicação de pesquisas e debates sobre essas temáticas⁵. Na Ciência Política, porém, o cenário é diverso – existe uma lacuna na historiografia da disciplina que somente começou a ser preenchida de maneira mais consistente há poucas décadas (cf. FARR, 1988; 1990; ADCOCK; BEVIR; STIMSON, 2007; ADCOCK; BEVIR, 2005). Desde o início

² "A identidade e a educação de uma disciplina dependem tanto de seu passado quanto de como a história desse passado foi contada". Tradução nossa.

³ "Assim como os atores políticos trabalham a partir de um plano de fundo de práticas e crenças dadas historicamente, as quais interpretam e remodelam de acordo com suas ações, assim trabalham os cientistas políticos". Tradução nossa.

⁴ "Um papel fundamental é desempenhado por narrativas do passado que servem para enquadrar o debate e as escolhas no presente. Assim como os indivíduos, as disciplinas encontram e ajudam a forjar boa parte de sua identidade em e por meio de sua história". Tradução nossa.

⁵ Alguns exemplos são os periódicos *History of Sociology*, *History of Anthropology*, *History of Behavioral Sciences* e *History of Political Economy*.

da proposição das diretrizes do que viria a ser chamado de “revolução behaviorista”, nos anos 1920 a 1940, passando pelo auge desse paradigma nos anos 1950 a 1960, até o período de emergência do neo-institucionalismo, poucos cientistas políticos ou historiadores da ciência conduziram e publicaram investigações sobre a formação e a evolução da disciplina. Inclusive, a partir do final dos anos 1970, as reflexões sobre sua história praticamente ficaram restritas aos discursos dos presidentes da *American Political Science Association*, proferidos nos encontros anuais e depois publicados em seu principal periódico, a *American Political Science Review* (FARR, 1988; 1990)⁶.

Com efeito, entre 1930 e 1980, apenas uns poucos cientistas políticos se dedicaram a esse tipo de investigação. Os trabalhos mais importantes desse período são pouco numerosos (por exemplo: HADDOW, 1939; CRICK, 1959; SOMIT; TANENHAUS, 1967; EASTON, 1971). Entre 1900 e 1930, há apenas dois estudos de maior destaque – o primeiro, escrito por Murray (1925), o segundo, escrito justamente pela figura mais relevante no impulso inicial da uma “nova ciência da política” voltada ao estudo quantitativo, observacional e psicossociológico do comportamento político, Charles Merriam, da Universidade de Chicago. Inclusive, Merriam (1925) apresentou uma classificação pioneira da evolução histórica da Ciência Política, tendo como parâmetro a sucessão de suas abordagens metodológicas⁷. Antes dele, no final do século XIX, temos somente duas obras pioneiras, de autoria de Seeley (1896) e Pollock (1890).

Obviamente, quando a Ciência Política começou a se profissionalizar, a partir de 1880, e mais intensamente depois de fundar sua associação profissional, já nos primeiros anos do século XX, houve intensos debates metodológicos e epistemológicos publicados na forma de artigo nas revistas científicas da época, principalmente a *American Political Science Review*, que começou a ser editada em 1906. No entanto,

⁶ Os discursos presidenciais da APSA passaram a ser publicados na *Perspectives on Politics*.

⁷ Merriam (1925) propôs os seguintes períodos: (1) estudos baseados no método dedutivo e na especulação, que predominaram até 1850; (2) estudos baseados no método-histórico comparativo, que prevaleceu entre 1850 até 1900; (3) estudos que aderiram aos métodos empíricos, baseados na observação, na mensuração e no uso do *survey*, que começaram a se estabelecer a partir de 1900; e (4) emergência dos estudos que utilizam os métodos empíricos, mas que recorrem a uma abordagem psicológica do fenômeno político, que surgiu a partir de 1920 e ganhava contornos e mais adeptos em sua época.

praticamente nenhum deles tinha como propósito a reflexão acerca da formação e trajetória da área. Naquele momento, a atenção estava voltada à busca do tipo de ciência que deveria ser adotada pela Ciência Política; ou seja, um debate mais epistemológico e metodológico (MÖRSCHBÄCHER, 2013).

Em virtude disso, até o final dos anos 1960, a maioria dos cientistas políticos norte-americanos desconhecia a origem e a evolução de sua própria disciplina (SOMIT; TANEHAUS, 1967). Aliás, essa é uma situação que não se modificará muito nos anos subsequentes, pelo menos até os anos 1980 e, em especial, 1990, quando houve um incremento no interesse pela história da Ciência Política e a proliferação de estudos mais sistemáticos dedicados à redescoberta do seu passado e a “contar” e “recontar” sua trajetória (ADCOCK; BEVIR, 2005; FARR, 1988; 1990). Desde então, diversos estudos individuais e coletivos foram publicados, mostrando uma variedade de focos de interesse e de abordagens, mas mantendo em comum a preocupação de reconstruir sua história.

Entretanto, de maneira geral, esse interesse renovado pela história da disciplina – e os consequentes estudos que foram ganhando consistência e volume – concentrou-se na Ciência Política norte-americana (por exemplo: FARR, 1988; 1990; 2008; ADCOCK; BEVIR, 2005; GUNNELL, 1993; 2004; OREN, 2003; SCHMIDT, 1998; FARR; DRYZEK; LEONARD, 1995; FARR; SEIDELMAN, 1993; ROSS, 1991; ALMOND, 1990; CEASER, 1990; ANCKAR; BERNDTSON, 1987; SEIDELMAN, 1986; JANOS, 1986; WEISBERG, 1986; RICCI, 1984; EASTON, 1985; SEIDELMAN; HARPHAM, 1985; COLLINI; WINCHARD; BURROW, 1983; FINIFTER, 1983). Alguns poucos se dedicaram à sua evolução na Inglaterra (STAPLETON, 2003; HAYMAN; BARRY; BROWN, 1999; HAYWARD, 1991); outros, ainda menos numerosos, dedicaram-se a uma perspectiva comparativa da história da disciplina nesses dois países (ADCOCK; BEVIR; STIMSON, 2007; ADCOCK; BEVIR, 2005)⁸.

⁸ O primeiro estudo que comparou a história e a tradição da Ciência Política nos Estados Unidos e na Inglaterra foi realizado por Crick (1959). Ele defendia a perspectiva histórico-contextual dos ingleses contra a pretensão científica ao estilo das ciências da natureza dos cientistas políticos norte-americanos, especialmente as diretrizes professadas pelos comportamentalistas.

De modo geral, esses estudos ressaltaram os avanços teóricos e metodológicos alcançados pela Ciência Política e destacaram a centralidade de determinados cientistas políticos na construção institucional da área, na formação de tradições de pesquisa, na proposição e difusão de teorias e abordagens, e assim por diante⁹. Uma parcela menor desses estudos tem um teor bastante crítico, cuja principal intenção foi mostrar que, na verdade, a história da disciplina caracteriza-se pela sua degeneração – sua perda de identidade, seu esvaziamento moral e ético, sua irrelevância social e, em alguns casos, sua instrumentalização enquanto ideologia a serviço da dominação do Estado, do ideário liberal ou mesmo do imperialismo norte-americano (GUNNELL, 1993; 2004; CEASER, 1990; EASTON, 1985; SEIDELMAN; HARPHAM, 1985; RICCI, 1984; CRICK, 1959).

Evidentemente, não causa espanto que existam reconstruções históricas alternativas e até conflitantes, já que tudo depende da concepção que se tem a respeito do que é e do que deveria ser a ciência e, extensivamente, a Ciência Política, bem como de qual é a maneira mais indicada para conduzir seu estudo histórico. Ou seja, "(...) different historians will be party to different judgments about the doing of history, the nature of politics, and the method of science", o que significa que "writing a history of Political Science is very much a partisan activity"¹⁰ (FARR 1988, p. 1177). De todo modo, o mais importante é que, apesar da disjuntiva na reconstrução histórica da disciplina nos Estados Unidos, essa recente, porém crescente, produção tornou possível a formação de uma historiografia que vem acumulando um estoque de conhecimento

⁹ Farr e Seidelman (1993, p. 07) fizeram um inventário dos principais temas abordados pela historiografia da Ciência Política norte-americana e apresentaram-nos na seguinte lista: (1) estudos sobre a diversidade de teorias e métodos adotados ou desenvolvidos; (2) a centralidade do Estado tanto na política prática como nas investigações; (3) o impacto determinante do comportamentalismo na disciplina; (4) as relações que a disciplina estabeleceu com as áreas vizinhas, dando-lhe seu caráter plural e multidisciplinar; (5) sua profissionalização e institucionalização acadêmica; (7) a atuação pública dos cientistas políticos, seja na assessoria aos governos ou na educação cívica; (8) a atuação de minorias e das mulheres na disciplina, seja no desenvolvimento de teorias ou no espaço limitado a esses grupos sociais; (9) a posição da disciplina como um todo e dos cientistas políticos nos grandes debates ideológicos do país.

¹⁰ "Diferentes historiadores serão parte de diferentes julgamentos sobre o fazer da história, a natureza da política, e o método da ciência", o que significa que "escrever a história da Ciência Política é muito mais uma atividade partidária". Tradução nossa.

considerável a respeito de um objeto que até há pouco tempo era sensivelmente lacunoso.

Mesmo assim, persistem pelo menos dois grandes lapsos. Em primeiro lugar, poucos analistas se dedicaram à investigação do período de formação anterior à autonomia acadêmica e à profissionalização da disciplina nos Estados Unidos, que começou a ocorrer a partir dos anos 1880, principalmente após a criação da *American Political Science Association*, em 1903 (FARR, 1990). São raros os estudos sobre a grande transformação que aconteceu na Ciência Política entre a Declaração de Independência e todo o debate envolvendo a produção da Constituição, até a criação da primeira cadeira de Ciência Política na Universidade de Columbia, sob a responsabilidade de Francis Lieber, o primeiro cientista político profissional de que se tem notícia (cf. FARR, 1988; 1990; 2008; GUNNELL, 2004), e a criação da *School of Political Science*, na mesma universidade, ao encargo de John Burgess. Há então um déficit de análises sobre o período em que a Ciência Política era institucionalista nos moldes do institucionalismo antigo.

Em segundo lugar, são escassos os estudos sobre a história da Ciência Política nos outros países e regiões, embora tenha havido um crescimento, seja no interesse pelo tema ou no volume das pesquisas. No caso Europeu, existem mais reflexões de avaliação do “estado atual” da disciplina em cada país ou num determinado conjunto de países do que propriamente uma história. Esse é o exemplo nas nações nórdicas, onde, desde os anos 1960 já encontramos análises sobre sua construção acadêmica, suas pesquisas e profissionalização na Suécia (OLOF, 1969; 1977; ELVANDER, 1977), na Finlândia (PESONEN, 1977a; 1977b; ANCKAR, 1977), na Noruega (KUHNLE; ROKKAN, 1977), na Dinamarca (NANNESTAD, 1977a; 1977b; RASMUSSEN, 1985) e na Islândia (GRÍMSSON, 1977), além de avaliações comparativas sobre a Ciência Política no conjunto desses países (ANCKAR, 1991). É possível encontrar também estudos panorâmicos sobre os demais países da Europa, como, por exemplo, Inglaterra (HAYWARD, 1991; HAYWARD; BARRY; BROWN, 1999; STAPLETON, 2003), Alemanha (KASTENDIEK, 1991), Itália (GRAZIANO, 1991), França (SHARP, 1924; LECA, 1991; BILLORDO; DUMITRU, 2006) e Espanha (VALLÈS, 1991). Existem análises do desenvolvimento da disciplina inclusive no Canadá (MARCH; JACKSON, 1967), no

Japão (SAGAWA, 2006), na Bulgária (KARASIMEONOV, 1997), Lituânia (KRUPAVICIUS, 1997), Romênia (STAN, 1999), China (FU, 1991) e nos países africanos anglófilos (JINADU, 1991)¹¹.

Em relação à América Latina, o interesse pela história da Ciência Política na região é mais recente, mas vem crescendo nos últimos anos¹². Exemplo disso são as diversas análises sobre a construção acadêmica da disciplina em países como a Argentina (LEIRAS; MEDINA; D’ALESSANDRO, 2005; 2015), o Chile (ALTMAN, 2005; FUENTES; SANTANA, 2015; FERNÁNDEZ, 2005; REHREN; FERNÁNDEZ, 2005; HEISS, 2015; RAVECCA, 2015), o México (LOAEZA, 2005; MONTE, 2015), a Colômbia (BEJARANO; WILLS, 2005; BOTERO, 2013; LEYVA; RAMÍREZ, 2015), o Uruguai (GARCÉ, 2005; GARCÉ; CARPIUC, 2015), a Bolívia (GARAY, 2005), a Venezuela (DÍAZ; ANTAR, 2005), o Peru (TANAKA, 2005), a Costa Rica (REDONDO; CULLELL, 2005), Cuba (TRETTO, 2005), El Salvador (ARTIGA-GONZÁLEZ, 2005), Equador (ACOSTA; FREIDENBERG; PACHANO, 2005), Guatemala (AZPURU, 2005), Honduras (CÁLIX; SIERRA, 2005) e Panamá (GONZÁLEZ, 2005). Além desses estudos focados em casos, também foram realizadas análises comparadas sobre a evolução da disciplina na região (MONTE, 2013; 2014; BULCOURF; MÁRQUEZ; CARDOZO, 2015).

De modo geral, pode-se dizer que a reflexão sobre a política é bastante antiga na América Latina e, em todos os casos, esteve inicialmente vinculada à Filosofia Política das Faculdades de Direito. Enquanto disciplina acadêmica, a Ciência Política era ensinada como Direito Constitucional, Teoria do Estado, História Política e História do Pensamento Político e Filosófico. Nesse sentido, a história da disciplina na América Latina não difere muito da sua trajetória nos Estados Unidos e Europa, onde esteve igualmente sob o domínio da Filosofia e do Direito. Assim como nos países daquelas regiões, nos casos latino-americanos também foi necessário um processo de separação ou de demarcação científica que levaria à autonomia disciplinar da Ciência Política. Ela

¹¹ São citados aqui alguns exemplos dos estudos sobre os países. Portanto, embora não existam tantos outros estudos sobre cada caso, não se trata de uma listagem exaustiva dessa produção.

¹² Indicativos do aumento do interesse pelo tema são a criação do Grupo de Pesquisa sobre a História e o Desenvolvimento da Ciência Política na América Latina, no âmbito da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP) que chegou a realizar um encontro específico sobre o tema, em 2014, no Uruguai, e o já citado projeto de pesquisa sobre a história da Ciência Política no Brasil, da ABCP.

já existia enquanto disciplina, porém, estava subordinada à Filosofia e ao Direito. Assim como diversas outras disciplinas científicas, a Ciência Política também teve que lutar por sua autonomia enquanto ciência e enquanto disciplina acadêmica e profissional. Esse processo, portanto, é semelhante em todos os países e regiões; o que diferencia a Ciência Política nos Estados Unidos da Ciência Política na latino-americana é o momento em que isso ocorre e a amplitude e profundidade da autonomia conquistada. Mesmo na Europa esse processo foi posterior e menos amplo e profundo do que o do contexto norte-americano.

Não obstante, nas análises sobre o processo de autonomização disciplinar e de construção acadêmica da disciplina na América Latina, é recorrente a afirmação de que essa disciplina chegou à região com muito atraso. Mas, de modo algum, esse processo pode ser tomado como algo que ocorreu de maneira uniforme em todos os países. Devemos matizar essa convicção mais ou menos generalizada por uma perspectiva analítica mais criteriosa no que se refere às categorias comparativas. Isso fica claro no caso da Ciência Política brasileira, cuja narrativa do “atraso” se tornou amplamente aceita e costuma ser adotada como ponto de partida para avaliações mais recentes sobre o estado atual da disciplina no país (LEITE, 2015; AMORIM NETO; SANTOS, 2005; 2015), inclusive em balanços com perspectiva comparada *vis-à-vis* outros países da América Latina (BULCOURF; MÁRQUEZ; CARDOZO, 2015; MONTE, 2013). Como anteriormente apontado, a literatura que defende essa narrativa é bastante reduzida (LAMOUNIER, 1982; FORJAZ, 1997; LESSA 2010), de modo que não se trata de uma conclusão extraída de uma historiografia mais ampla. Em segundo lugar, essa literatura recorre a poucos dados empíricos e a um número restrito de casos. Em terceiro lugar, há algumas incorreções em suas teses principais que comprometem toda a estrutura de sua “narrativa”.

A primeira tese estabelece que o surgimento da Ciência Política no Brasil é recente, uma vez que ocorreu quando da criação dos primeiros Programas de Pós-Graduação da área nos anos 1960 (LAMOUNIER, 1982; FORJAZ, 1979; 1997). A segunda afirma que sua formação e desenvolvimento foram favorecidos por três principais fatores: (a) a longa tradição do pensamento político, existente pelo menos desde o século XIX (SANTOS, 1967, 1970; LAMOUNIER, 1982; LESSA, 2010), (b) a ênfase na

ciência e tecnologia dada pelo nacional-desenvolvimentismo do governo autoritário que se alojou no poder a partir de 1964 (LAMOUNIER, 1982; FORJAZ, 1979; 1997) e (c) o substancial aporte de recursos financeiros da Fundação Ford, para os projetos, departamentos, programas e instituições de pesquisa que eram liderados pela “primeira geração” de cientistas políticos “autênticos”, majoritariamente mineiros e cariocas (FORJAZ, 1997; MICELI 1990). A terceira tese defende a centralidade dos pioneiros Programas de Pós-graduação da UFMG e IUPERJ na construção de uma Ciência Política autônoma e verdadeiramente politológica no país, viabilizada pelo embate que seus jovens cientistas políticos travaram em três frentes: (a) contra as tradições ensaísticas e generalizantes do ISEB, (b) contra o formalismo jurídico das Faculdades de Direito que ainda controlavam parte das análises políticas e (c) contra a “escola sociológica” da USP, marcadamente economicista, estrutural-funcionalista e marxista (LAMOUNIER, 1982; FORJAZ, 1979; 1997; LESSA 2010).

Obviamente, estas não são quaisquer teses, circunscritas a determinados aspectos e reduzidas em seu alcance; estas são teses abrangentes, de largo escopo e, pode-se dizer, peremptórias. Todavia, se as seguirmos à risca, teremos uma percepção acerca do surgimento e da evolução da Ciência Política no país que, no melhor dos casos, é incompleta, e, no limite, é incorreta em alguns pontos fundamentais.

No que se refere à primeira tese, a constatação do “atraso” equivoca-se em aspectos cruciais que estão relacionados com a inexistência tanto de um tratamento conceitual mais refinado como de um enquadramento comparativo que possibilite da Ciência Política brasileira em relação à disciplina em outros países, especialmente os Estados Unidos. A respeito da indistinção conceitual, pode-se dizer que inexiste na literatura a preocupação em diferenciar dois tipos de autonomia – a científica e a acadêmica. De maneira resumida, podemos dizer que a *autonomia científica* envolve o processo de demarcação e diferenciação de uma disciplina, o que significa a identificação de um objeto próprio, a construção de teorias originais para a abordagem desse objeto e das metodologias e técnicas consequentes. Por sua vez, a *autonomia acadêmica* consiste na independência da disciplina no âmbito da comunidade científica, ou seja, em relação às demais disciplinas, o que envolve a criação de cursos próprios, de departamentos e programas de pós-graduação específicos, assim como a organização

de encontros científicos exclusivos e a criação de associações da área¹³. Vista por esse prisma, até podemos dizer que a Ciência Política brasileira obteve sua *autonomia acadêmica* gradativamente, iniciando-se pela criação dos primeiros Programas de Pós-graduação. Mas, ela realmente foi tardia ou atrasada? Para responder a isto teremos que avaliar a experiência brasileira de maneira comparada.

Nos países nórdicos, embora as primeiras cadeiras específicas de Ciência Política tenham sido criadas nas primeiras décadas do século XX – como, por exemplo, na Finlândia, em 1918, na Åbo Academy, e em 1921, na Faculdade de Filosofia (PESONEN, 1977) –, sua *autonomia acadêmica* ocorreu de forma bem mais lenta e gradual, sem ainda ter se completado plenamente. Na França, onde havia uma longa tradição de análise política e de ensino de Filosofia Política e Direito, o processo de autonomia da disciplina teve início em 1872, quando foi criada a *École Libre des Sciences Politiques* [ELSP], sob a liderança de Émile Boutmy. A intenção era dar uma formação mais prática e científica aos políticos e burocratas franceses, preparando-os para uma atuação mais efetiva na política externa. No currículo, a Ciência Política era contemplada em cursos como Relações e Direito Internacional e, especialmente, Governo Comparado (NORD, 2002; DAMAMME, 1987; 1988). Mas, apenas em 1945, por iniciativa do governo De Gaulle, o processo de autonomia iria se acentuar, em virtude da criação da *Fondation Nationale des Sciences Politiques* e do *Institut d'Études Politiques de Paris*, ambas as instituições pertencentes à *École*. Com um currículo mais focado na Ciência Política, a ELSP passaria a ser denominada *Science Po* (RAIN, 1963). Em 1969, é dado um novo impulso rumo à autonomia acadêmica da disciplina, em decorrência da criação do Departamento de Ciência Política na *Université Paris 1*, como resultado da atuação decisiva de Maurice Duverger. Mas, assim como a Ciência Política na *Science Po* ficará muito atrelada à administração e às relações internacionais, na

¹³ Pode-se dizer que a profissionalização seria um outro processo, relacionado com a autonomia acadêmica, mas não necessariamente seu sinônimo. A profissionalização demanda a existência de postos de atividade profissionais, na acadêmica ou fora dela. Então, em princípio, é possível haver profissionalização sem autonomia acadêmica. A profissionalização envolve o reconhecimento oficial da profissão por parte do Estado, sua regulamentação e seu controle por parte da entidade profissional correspondente.

Paris I a Ciência Política se identificará inicialmente com o Direito Constitucional e, depois, com a Sociologia.

Na Inglaterra, onde também era antiga e consolidada a tradição de análises políticas, tanto na Filosofia como no Direito, as primeiras cadeiras independentes de Ciência Política foram criadas na inovadora *London School of Economics and Political Science* (LSE), fundada em 1895 e declaradamente inspirada no modelo da *École*. Sob a liderança do casal Beatrice e Sidney Webb e um grupo de amigos, todos ligados à sociedade Fabiana, a LSE chegou a ter dificuldades para encontrar seus docentes de Ciência Política nos primeiros anos, tendo que contar durante algum tempo apenas com Graham Wallas para ministrar seus (poucos) os cursos da disciplina (DAHRENDORF, 1995). Mesmo atualmente a Ciência Política no país está entrelaçada com as áreas de Relações Internacionais, História, Administração Pública, Filosofia e Sociologia. Com efeito, a Ciência Política é bastante antiga, tornou-se uma disciplina acadêmica reconhecida e mais ou menos autônoma de maneira lenta, mas ainda faz diferentes interseções com outras áreas.

No Japão, para citar um exemplo mais distante, a Universidade de Tóquio, fundada em 1877, já contava, desde o início, com professores de Ciência Política, alocados na Faculdade de Letras. Posteriormente, em 1893, foram transferidos para a Faculdade de Direito, onde foi criada a cadeira específica de Política e História Política. Mesmo nesse país o processo de formação da disciplina acadêmica esteve atrelado aos cursos de Direito e sua autonomização é um processo que está longe de ser completado.

Considerando a região da América Latina, podemos destacar que, na Argentina, a *autonomia acadêmica* da disciplina tem impulso inicial em 1927, com a criação do doutorado em Ciência Política na Universidad Nacional del Litoral – o primeiro Programa de Pós-graduação da América Latina (LEIRAS; MEDINA; D’ALESSANDRO, 2005; AGUIRRE, 1979). Em 1957, surgiu, ainda no contexto argentino, o Instituto de Ciencia Política, na Universidad del Salvador, onde seriam criados a licenciatura, em 1960, e o doutorado, em 1963. Na Venezuela esse processo tem início em 1958, com a implantação do Instituto de Estudios Políticos, na Facultad de Ciencias Jurídicas y

Políticas (ÁLVAREZ; DAHDAH, 2005); logo depois, em 1959, surge o Departamento de Estudios Políticos, na Universidade Central. No Chile, o processo se inicia em 1966, com a Escuela Latinoamericana de Ciencia Política e Administración Pública, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), e, na sequência, em 1969, com o Instituto de Ciencia Política da Universidad Católica (MONTE, 2013). Outras escolas de Ciência Política foram criadas em 1961, em Cuba, e em 1968, na Costa Rica, Guatemala e Colômbia.

No Brasil, os cursos superiores somente começaram a surgir depois da vinda da família real e sua corte, em 1808. Os primeiros cursos foram de Medicina, Engenharia e Artes. Na área das Ciências Humanas, as duas primeiras faculdades que se estabeleceram foram voltadas para o estudo das Ciências Jurídicas. Em 1827, são criadas a Faculdade de Direito de Olinda e a Faculdade de Direito de São Paulo, iniciando-se suas atividades em 1828, com um currículo que contemplava cursos de política. Posteriormente, foi criada a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, que somente conseguiu iniciar seu funcionamento em 1891, mesmo ano em que foi criada a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. As duas faculdades contavam com um quadro de professores formados nas Faculdades de Direito de São Paulo, Olinda e Coimbra, e alguns deles se encarregaram dos cursos de Ciência Política comuns às áreas de Filosofia Política e Moral, História e Direito Constitucional, Governo e Estado. Em 1920, essas duas faculdades se fundiram para formar a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Um novo impulso à autonomia da Ciência Política foi dado poucos anos depois, com a criação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933, e, em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo, nucleada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Portanto, pelo menos desde o século XIX, a Ciência Política existe enquanto uma disciplina acadêmica no país, porém, uma disciplina não autônoma. Inicialmente atrelada ao Direito, a Ciência Política viria depois a se vincular às Ciências Sociais. No país, não foram criadas graduações separadas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política; o modelo adotado foi o das Ciências Sociais, uma formação multidisciplinar e sob o controle da Sociologia. Por isso, é amplamente aceito que o início da autonomia

acadêmica da Ciência Política ocorreu por intermédio da criação de programas de pós-graduação, a partir dos anos 1960.

Já a Ciência Política norte-americana começou seu processo de construção da *autonomia acadêmica* no final do século XIX, num processo que foi bem sucedido, mas longo. A partir de 1880, surgem cadeiras específicas da disciplina, programas de pós-graduação, graduações, departamentos, revistas da área e sua associação. Todo esse movimento inicial foi protagonizado por estudiosos da política oriundos da História, da Filosofia, do Direito e da Economia, e não por cientistas políticos com uma formação disciplinar específica, simplesmente porque não havia formação em Ciência Política (GUNNELL, 2006). Por isso, conforme a *autonomia acadêmica* foi sendo conquistada, ganhou volume o debate metodológico e epistemológico relativo à busca da demarcação científica da disciplina, ou seja, de sua *autonomia científica* (FARR, 1988; 2008; GUNNELL, 2006). As questões centrais eram: qual seu objeto? Que teorias e metodologias deveriam ser adotadas? Qual o perfil desejável para o profissional? O que, afinal, deve ser a ciência da política?

Assim, a *autonomia acadêmica* abriu espaço para a busca da *autonomia científica*, algo que a Ciência Política não iria realmente conseguir, pois ela sempre se caracterizou pela apropriação de teorias e abordagens de outras áreas, promovendo integração de tradições, sínteses, adaptações, complementações e assim por diante (SORAUF, 1967)¹⁴. Até os anos 1880, a Ciência Política norte-americana – como todas as outras na Europa – não se diferenciava substancialmente da Filosofia Política; depois, até 1920, apropriou-se da História e de algumas abordagens da Biologia. Sua guinada aos métodos empíricos positivos, iniciada ainda naquela década e que culminaria nos anos 1940 a 1960, representou uma aproximação tão intensa em relação à Sociologia, à Antropologia e à Psicologia que praticamente romperam-se as já tênues fronteiras demarcatórias da Ciência Política (BELL, 1985; LINDBLUM, 1997)¹⁵. A partir

¹⁴ David Easton tentou, nos anos 1950-1960, propor uma teoria original para a Ciência Política, uma teoria própria que podia, inclusive, integrar as demais ciências do comportamento. Porém, seu modelo não foi amplamente adotado, a não ser por alguns estudiosos de política comparada do desenvolvimento político.

¹⁵ BELL (1985) chega a afirmar que o desenvolvimento da Ciência Política a partir dos anos 1940, especialmente em virtude da revolução comportamentalista, levou à dependência da disciplina em relação às demais, e não à sua autonomia. Mais do que isso, o desenvolvimento da disciplina só foi

dos anos 1970 a 1980, uma parcela importante dos cientistas políticos adere à lógica de pesquisa e às abordagens da Economia.

Com efeito, a *autonomia científica* sempre foi um ideal normativo da disciplina, mas um ideal que nunca foi plenamente atingido. Já a *autonomia acadêmica* foi conquistada de maneira exemplar nos Estados Unidos, e antes de qualquer outro país. A partir da fundação da *American Political Science Association*, a área cresceu enormemente e os cursos se espalharam pelas universidades e Programas de Pós-graduação. Associações regionais foram criadas, inúmeras revistas e livros publicados, cientistas políticos profissionais proliferaram. Inclusive, pode-se dizer que a profissão é uma criação norte-americana. Também é possível dizer que o modo como a Ciência Política vem sendo praticada desde o final da Segunda Guerra é igualmente um produto norte-americano – embora não devemos nos esquecer de que esse produto foi produzido por inúmeros europeus que migraram para suas universidades.

Dessa forma, não é prudente afirmar de maneira taxativa que a Ciência Política brasileira teve um surgimento atrasado. Em comparação com os países da América Latina, embora esse processo tenha se iniciado antes na Argentina, na Venezuela e no Chile, tivemos o início da *autonomia acadêmica* em momentos bastantes próximos. Além disso, em razão dos perfis diferenciados dos governos autoritários que se instalaram na região naquele período, somente no México, na Colômbia e, em especial, no Brasil, a Ciência Política encontrou uma oferta de investimentos e políticas que favoreceu seu crescimento e sua autonomização acadêmica de maneira mais acentuada do que a que ocorreu nos demais países latino-americanos (BULCOURF; MÁRQUEZ; CARDOZO, 2015; MONTE, 2013).

Em comparação com o que ocorreu nos Estados Unidos, de fato, nossa *autonomia acadêmica* é posterior, mas não tão temporalmente distante assim, uma vez que esse processo só se ramificou naquele país nos anos 1950 a 1960. Agora, não resta

possível graças a essa dependência, uma vez que os principais avanços teóricos e metodológicos vinham de áreas como a Sociologia, a Economia e a Psicologia. O funcionalismo, o estrutural-funcionalismo, a análise de sistemas, a teoria dos jogos, a teoria da escolha racional, entre outras, não foram produzidas na área da Ciência Política. As principais contribuições vinham de Joseph Schumpeter, Anthony Downs, Kenneth Arrow, Paul Lazarsfeld, James Buchana, Albert Hirschman, entre outros que também não eram cientistas políticos.

dúvidas de que nos Estados Unidos, tanto a autonomia acadêmica como a profissionalização da disciplina foram mais abrangentes e profundas do que em qualquer outro lugar. Portanto, isso não se aplica apenas ao Brasil e aos países latino-americanos, mas também aos países europeus. Em suma, se essa autonomia acadêmica ocorreu atrasada no Brasil, também se deu de maneira atrasada nos demais países, o que significa dizer que os Estados Unidos são a exceção e não a regra. Sendo assim, a ideia de “atraso” não é acurada.

Quanto à inexistência de um enquadramento analítico que permita classificar os períodos e as trajetórias das diversas experiências de Ciência Política desenvolvidas nos países, o equívoco foi considerar que só passamos a ter Ciência Política a partir do tipo de estudo que os cientistas políticos “autênticos” do eixo Minas-Rio imprimiram à área a partir dos anos 1970. Na verdade, o que professavam os jovens cientistas políticos da UFMG e do IUPERJ era apenas um tipo de Ciência Política e não a única Ciência Política possível. Muitos deles fizeram o doutoramento nos Estados Unidos num período em que o comportamentalismo era amplamente adotado, com suas diretrizes metodológicas voltadas aos estudos empíricos, quantitativos e axiologicamente neutros. Assim, a “narrativa canônica”, que foi construída por alguns componentes desse grupo, é mais o resultado do esforço visando à imposição de um tipo de abordagem nos estudos políticos brasileiros do que da tentativa de erigir uma historiografia “axiologicamente neutra” da Ciência Política brasileira.

Isso fica claro quando cotejamos a evolução da disciplina no Brasil *vis-à-vis* sua evolução no centro mais influente de sua prática – os Estados Unidos. Os estudos sobre a história da Ciência Política norte-americana mostram que a disciplina evoluiu de modo a constituir três principais paradigmas: o antigo institucionalismo, o comportamentalismo e o neo-institucionalismo (FARR; SEIDELMAN, 1993; NIEMEYER; DRYZEK, 2006; FARR, 1995; 2008; PERES, 2008). Todos eles são paradigmas da Ciência Política, o que significa que a disciplina não começou com o comportamentalismo, apenas abriu espaço para uma nova ramificação teórica e metodológica.

No caso brasileiro, a história convencional supõe que tudo o que havia antes de 1960, antes da criação dos Programas de Pós-graduação na UFMG e no IUPERJ, ou seja, antes das pesquisas desenvolvidas pela geração que supostamente instituiu a Ciência Política verdadeiramente politológica no país, não era Ciência Política. Segundo a narrativa, a tradição anterior, catalogada como “pensamento político brasileiro”, em grande medida foi responsável por estabelecer os pontos da agenda dos debates e das pesquisas da Ciência Política vindoura, mas, ao mesmo tempo, era ensaísta demais para ser considerada uma ciência da política. Não por acaso, essa é a mesma a postura dos propugnadores do comportamentalismo nos Estados Unidos – eles procuraram desqualificar, não a importância das reflexões, mas a validade científica dos estudos anteriores, considerados muito normativos, formalistas e especulativos.

Entretanto, a historiografia da Ciência Política nos Estados Unidos, com um enfoque mais abrangente e um enquadramento meta-teórico, mostrou que as chamadas abordagens tradicionais também eram Ciência Política, porque, àquela altura, aquele tipo de análise era considerado científico. Em realidade, o institucionalismo antigo surge em oposição às abordagens anteriores – essencialmente jusnaturalistas – consideradas não-científicas. Julgava-se que assim se estabelecia a nova ciência da política para um mundo totalmente novo, conforme a reivindicação de Alexis de Tocqueville, em seu estudo clássico sobre a democracia norte-americana.

Se analisarmos as obras de pensadores políticos brasileiros do século XIX, como Tavares Bastos e José de Alencar, ou das primeiras décadas do século XX, como Oliveira Vianna, encontraremos um estilo de análise similar às existentes no mesmo período nos Estados Unidos, Inglaterra e França. Woodrow Wilson, John Burgess, James Bryce, Walter Baghot, entre outros, se fossem brasileiros seriam incluídos no rol dos pensadores políticos, não dos cientistas políticos. Mas eram representantes de um tipo de Ciência Política que se convencionou chamar de institucionalismo antigo. Todos eles acreditavam que adotavam uma verdadeira análise científica da política – Baghot e Wilson, por exemplo, inspiravam-se na teoria evolucionista. Esses cientistas políticos analisavam o Estado como um organismo que tinha funções e era estruturado em partes que deveriam ser devidamente compreendidas em sua interação e evolução

histórica. Isso, para eles e para a comunidade científica da época, era ciência – a ciência do Estado.

Portanto, podemos dizer que, do ponto de vista das abordagens, dos paradigmas adotados, tínhamos Ciência Política no Brasil já há muito mais tempo. O chamado pensamento político brasileiro era a Ciência Política praticada no país naquele momento e estava em paralelo com o que se fazia nos Estados Unidos e Europa. Não houve atraso nesse sentido. Inclusive, enquanto disciplina acadêmica, a Ciência Política surge juntamente aos cursos universitários de Direito e, depois, de Ciências Sociais. Mas, sua *autonomia acadêmica* terá início no momento em que o paradigma mais difundido nos Estados Unidos é o comportamentalismo, e sua influência chegará aqui já entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, por intermédio dos jovens doutores formados em universidades daquele país. Paralelamente, será favorecida por importantes financiamentos às pesquisas proporcionados pela Fundação Ford (FORJAZ, 1997), que foi igualmente decisiva para a difusão do comportamentalismo na Ciência Política norte-americana.

Então, a *autonomia acadêmica* da disciplina foi um processo em grande parte conduzido pelos pesquisadores formados nos marcos das diretrizes comportamentalistas, o que significa que a Ciência Política que começará sua autonomização no país pelo viés desse paradigma. Mas de modo algum se tratou da importação da Ciência Política enquanto tal para um local onde ela não existia; tratou-se sim da absorção de um tipo de Ciência Política que viria a se contrapor a outro tipo de Ciência Política já amplamente praticada no Brasil, nos outros países da América Latina, da Europa e, inclusive, dos Estados Unidos – o institucionalismo antigo. Assim como esses jovens comportamentalistas tentaram imprimir uma nova forma de se fazer Ciência Política nos anos 1970 a 1980, outros cientistas políticos, formados em outro contexto histórico, e sob a influência de um novo paradigma, o neo-institucionalismo, procuraram impor, a partir dos anos 1990, a abordagem neo-institucionalista. Não é mera coincidência o fato de que os neo-institucionalistas mais radicais rejeitam as abordagens culturalistas sob a alegação de que estas não são realmente científicas.

Isso demonstra que a história da Ciência Política no Brasil demanda uma historiografia, com a colaboração de diversos pesquisadores que se dediquem de maneira continuada a essa agenda de pesquisa. Demanda estudos de casos, com o devido aprofundamento. Demandam um enquadramento analítico que permita a comparação de sua evolução com a de outros países, em especial o desenvolvimento da disciplina no contexto estadunidense, uma vez que sua autonomia acadêmica e profissionalização não apenas foram bem mais amplos e profundos, como sua influência teórica e metodológica sobre a Ciência Política mundial é incontestável. Esta dissertação foca precisamente no estudo de um caso, ou seja, na construção da autonomia acadêmica da disciplina no Rio Grande do Sul, tendo a UFRGS como o eixo principal desse processo. Tanto a história como a produção científica do período analisado são enquadrados num modelo conceitual que permite sua posterior classificação comparativa.

3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

3.1. Modelo Teórico

“At its simplest, a history of political science – like a history of any science – will be a history of theories”¹⁶ (FARR, 1988, p. 1177). Isso significa que estudos voltados à história da ciência se situam numa zona de intersecção de três áreas de investigação: a história, a filosofia da ciência – que combina epistemologia com metodologia – e a própria disciplina que constitui o objeto de análise. Enfim, um estudo histórico da Ciência Política é um estudo de história da ciência. Para sua análise e reconstrução histórica, há uma diversidade de abordagens possíveis e sua escolha, obviamente, tem consequências. De maneira geral, os estudos de história da ciência que recorrem à sociologia da ciência e à metodologia, costumam adotar três abordagens principais, quais sejam, o estudo dos ‘programas de pesquisa’ (LAKATOS, 1978), das ‘tradições de

¹⁶ “Na sua forma mais simples, uma história da Ciência Política – como uma história de qualquer ciência – será uma história de teorias”. Tradução nossa.

pesquisa' (LAUDAN, 1977) ou dos 'paradigmas científicos' (KUHN, 1962). Neste trabalho, é utilizada a teoria de Thomas Kuhn, nucleada pelo conceito de paradigma¹⁷.

De acordo com Kuhn (2005), os paradigmas são as realizações científicas ou modos de proceder numa investigação que se mostra bem sucedida na resolução de *puzzles* científicos criados pela teoria que procura explicar a parte do mundo que constitui o objeto de estudo de uma comunidade acadêmica. Desse modo, os paradigmas são protocolos, algoritmos, "soluções modelo" estabelecidas pelos pesquisadores cuja aplicação em outros estudos tem o potencial de colocar mais uma peça no quebra-cabeças de uma teoria científica. O paradigma continua válido enquanto não surgirem anomalias empíricas incontornáveis.

Esses exemplares de resolução de *puzzles* científicos estabelece, ao mesmo tempo, o objeto a ser investigado e os problemas dignos de análise, assim como as regras válidas para resolvê-lo. Então, objeto, teoria e metodologia são todos parte de uma forma de perceber o mundo em geral e, ao mesmo tempo, a parte do mundo a ser investigada. Isso significa que, na base de um paradigma, há uma cosmologia, ou seja, uma concepção acerca do que é o universo, quais suas entidades básicas e como ele funciona. A partir disso, constroem-se as teorias, que apresentam determinados quebra-cabeças científicos à espera de resolução. Para resolver esses problemas, os pesquisadores desenvolvem uma metodologia, que constitui um conjunto de regras de investigação e validação de provas ou evidências que garantem que mais uma peça do

¹⁷ As teorias de Lakatos e Laudan não são adotadas porque, na prática, elas promovem um retorno da história das ciências ao estudo restritamente epistemológico. Ou seja, propõem uma história das ciências focada exclusivamente na evolução da metodologia ou da lógica da pesquisa. As mudanças trazidas pela "nova história da ciência" a partir dos anos 1950, crítica às abordagens exclusivamente epistemológicas e metodológicas, são largamente desconsideradas (PÉREZ RANSANZ, 1999). Os modelos de Lakatos e Laudan não abrem espaço para o estudo das comunidades científicas, seus valores e compromissos morais, os fatores extra-científicos, assim como o impacto que as anomalias eventualmente provocam nas teorias estabelecidas, até que se abre espaço para o surgimento de teorias concorrentes. De fato, Lakatos tem razão ao observar que uma ciência madura não precisa de um paradigma hegemônico e que, na maioria das vezes, o que existe são teorias em competição. Porém, retirando o termo hegemônico, temos ainda a validade do termo paradigma, pois a competição ocorre não apenas entre teorias totalmente rivais, mas diversas vezes entre teorias que se abrigam sob um mesmo paradigma. Isso porque um paradigma corresponde a algo mais abrangente do que uma teoria; corresponde a uma forma de ver o mundo a ser investigado, à concepção de quais suas entidades fundamentais, as variáveis mais importantes, as perguntas relevantes a serem feitas, as hipóteses a serem propostas e os métodos mais legítimos para buscar a comprovação empírica.

puzzle foi legitimamente encaixada. Assim, a cosmologia também estabelece uma axiologia, pois confere às teorias um conjunto de valores científicos que serão a matéria prima do compromisso, podemos dizer, moral, que os membros de uma comunidade científica assumem ao tornarem-se parte dela – esses valores científicos se traduzem na própria metodologia.

Assim, a comunidade científica, como qualquer outra comunidade, tem valores, e estes valores orientam o comportamento de seus membros de maneira padronizada. Por isso, quando um paradigma se estabelece, ele resulta na prática da *ciência normal*, ou seja, no uso recorrente e padronizado de uma teoria e da metodologia adequadas para resolver problemas de pesquisa. As anomalias empíricas desafiam essa normalidade, pois exigem comportamentos desviantes na tentativa de resolver o problema de encaixe de alguma peça no *puzzle*. Com isso, novas teorias ou um novo *puzzle* é proposto à comunidade, podendo resultar no surgimento de um novo paradigma.

Com isso, ao deixar de lado a noção de que o conhecimento é uma construção linear, na qual os cientistas estão apenas preocupados com regras e procedimentos universalmente racionais e lógicos, Kuhn (2005) aponta que a real natureza das teorias reside nos valores da comunidade, divididos entre sagrados e profanos, que devem ser recompensados ou punidos. Um paradigma não é apenas um modelo bem-sucedido na resolução de problemas científicos, mas sim uma forma de construir o objeto investigado, de traçar quais perguntas devem ou não ser realizadas, buscando a forma considerada mais apropriada para construir a pesquisa. Para o autor, a formação científica é uma formação moral, cosmológica e axiológica, por isso formam as identidades científicas dos novos praticantes.

Com efeito, o conceito de paradigma abre espaço para se considerar o processo de construção da comunidade científica, da formação de seus valores ou da transposição dos valores já existentes numa dada comunidade para outra. Isso pode ocorrer tanto entre comunidades científicas de disciplinas diferentes como entre comunidades científicas de uma mesma disciplina, só que de localidades diferentes ou de sub-comunidades diferentes. Seu modelo dá igual importância às metodologias e à

história da comunidade científica, assim como aos fatores extra-científicos – como o empenho de indivíduos e instituições na construção de uma área ou disciplina acadêmica. Seu modelo implica na aceitação de que a análise da metodologia das ciências e de sua epistemologia só fazem sentido se percebidas no âmbito das relações sociais e de poder de uma comunidade científica, especialmente em sua dinâmica histórica.

Contudo, a aplicação desse enquadramento teórico deve ser cautelosa nas Ciências Sociais, em geral (ASSIS, 1993; BALL, 1976), pois, nessa grande comunidade acadêmica, existe uma pluralidade de teorias e coexistem diversos paradigmas, alguns, inclusive, em disputa. Além disso, existem diferentes abordagens dentro de um mesmo paradigma, em alguns casos em competição. Esse é o caso da Ciência Política. Em sua evolução histórica nos Estados Unidos, é possível identificar três paradigmas que foram surgindo e acabaram se estabelecendo ao longo do tempo o antigo institucionalismo, o comportamentalismo e o neo-institucionalismo (EASTON, 1968; 1985; ALMOND, 1990; 1996; GOODING; KLINGEMANN, 1998; FARR, 2003; HALL; TAYLOR, 2003; DRYZEK, 2006; MARCH; OLSEN, 2008; PERES, 2008).

No âmbito de cada um desses paradigmas, surgiram variadas abordagens que resultaram na formação de grupos de pesquisadores que competem com grupos rivais na explicação do fenômeno. No caso do antigo institucionalismo, as duas abordagens principais eram a jusnaturalista, que prevaleceu isoladamente até meados do século XIX, e a estatista, que defendia uma nova ciência da política enquanto uma ciência do Estado. Quanto ao comportamentalismo, a diversidade de abordagens que surgiram é maior – estudos sobre o comportamento eleitoral, análise de sistemas, estudos sobre cultura política, estudos sobre a modernização e o desenvolvimento político são as principais. No que se refere ao neo-institucionalismo, três abordagens principais se desenvolveram, o institucionalismo histórico, o institucionalismo sociológica e o institucionalismo da teoria da escolha racional. Desse modo, a formação da comunidade dos cientistas políticos envolveu a formação de três principais paradigmas e o desenvolvimento de várias abordagens com a finalidade de solucionar os *puzzles* colocado pelo institucionalismo antigo, pelo comportamentalismo e pelo neo-institucionalismo.

3.2. Metodologia

Seguindo o enquadramento teórico de Kuhn (2005) e os tipos de paradigmas e abordagens já identificados na evolução da Ciência Política norte-americana, este trabalho procura reconstruir o processo de formação e autonomização acadêmica da Ciência Política no Rio Grande do Sul com base em entrevistas com pessoas diretamente ligadas com essa história e documentos.

No caso das entrevistas, os procedimentos adotados foram os usuais em “histórias orais” e “histórias de vida”. Dado que a história da Ciência Política no Rio Grande do Sul, especialmente no caso da Ciência Política na UFRGS, não está amplamente escrita ou documentada, a única forma possível de acesso a esse tipo de informação foi a entrevista testemunhal (cf. FLICK, 2004). Tais entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado e foram transcritas, para a composição da “narrativa histórica”. Os entrevistados foram os seguintes professores: Hélijo Henrique Casses Trindade, Maria Izabel Saraiva Noll, Mercedes Loguercio Cánepa, Francisco Luis dos Santos Ferraz, José Antônio Giusti Tavares, Céli Regina Jardim Pinto, André Luiz Marengo dos Santos, Álvaro Augusto de Borba Barreto, Daniel de Mendonça e Ângela Quintanilha Gomes.

No caso dos documentos escritos, foram analisadas Atas de Defesas de Teses e Dissertações; a “Proposta de Doutorado em Ciência Política: Ênfase em Política Comparada e Integração Latino Americana”, de 1995; e o Processo de Credenciamento do curso junto à CAPES, de 1996. Foram analisados também os Cadernos de Indicadores da CAPES, entre os anos de 1998 e 2012, com informações enviadas pelo Programa para a avaliação da instituição sobre Disciplinas, Linhas de Pesquisa, Produção Bibliográfica, Programa, Produção Técnica, Trabalhos de Conclusão e Corpo Docente.

Em relação ao perfil da produção acadêmica, foram objeto as dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política do Rio Grande do Sul, ou seja, da UFRGS e da UFPel, desde 1977 até 2014. Essa produção é composta por 360 trabalhos. Sua análise demandou a leitura dos resumos e capítulos introdutórios. Quando necessário, visando à confirmação de

alguma informação em relação à filiação dos autores quanto ao paradigma adotado e à abordagem utilizada, foram analisados também os capítulos teóricos e metodológicos ou de discussão substantiva, no caso de teses teóricas.

A análise desse material é classificatória. Para tanto, foram seguidos os critérios de categorização propostos por Mörschbacher, Lenine e Peres (2013), enfocando três paradigmas e suas respectivas abordagens, conforme dispostos no Quadro 1.

QUADRO 1. Modelo Classificatório da Produção Científica das Teses e Dissertações

Paradigmas	Abordagens	Instâncias de Análise
Comportamentalismo	Indutivo	Cultura Política, Análise de Sistemas, Comportamento Eleitoral
	Dedutivo	Teoria da Escolha Racional Ortodoxa [Decisão Individual]
Neo-Institucionalismo	Histórico	Foco na Evolução Institucional
	Sociológico	Foco nas Organizações
	Racional-Instrumental	Teoria da Escolha Racional Heterodoxa [Escolha Social]
Teoria Política	Pensamento Político	Estudo de Autores, Teorias e Conceitos
	Metodologia	Epistemologia e Modelos Formais

Fonte: Mörschbacher, Lenine e Peres (2013).

No que se refere às abordagens, o comportamentalismo se subdivide em duas modalidades de sistemas de inferência: dedutiva e indutiva. Tais Modalidades se diferenciam especialmente em relação aos sistemas de inferência, que se relacionam com suas metodologias. Desse modo, enquanto as análises indutivas recorrem aos modelos estatísticos para fazer generalizações empíricas a partir de *surveys*, as análises dedutivas utilizam modelos formais baseados em construções lógicas generalizantes para, em seguida, derivar hipóteses empíricas desses modelos com previsões a respeito de casos singulares. Um exemplo reconhecido desse tipo de sistema de inferências é o individualismo metodológico que subsidia a teoria da escolha racional ortodoxa, que é a vertente da teoria que leva em consideração apenas as decisões individuais, sem se preocupar com as regras de agregação dessas preferências numa decisão coletiva.

A preocupação com o processo de agregação das decisões individuais na produção de decisões coletivas levará à formulação teoria da escolha social, uma teoria da escolha racional heterodoxa, pois inova ao as instituições incluir em seu modelo explicativo. Essa vertente não é comportamentalista, mas sim neo-institucionalista. O paradigma neo-institucionalista ainda contém duas outras abordagens, a histórica e a sociológica. Como veremos, diversos trabalhos se enquadram no paradigma neo-institucional mesclando as abordagens histórica e sociológica. Nesse caso, foram classificados como estudos vinculados ao institucionalismo histórico-sociológico. Isso significa que no caso do neo-institucionalismo teremos abordagens sociológicas, históricas e histórico-sociológicas.

Como se pode perceber, teoria política é considerada um paradigma, e isso se deve ao fato de que aqueles autores consideram que este é um modelo de estudo recorrente com cosmologia e epistemologia próprias. A teoria política também se subdivide em dois grandes grupos de estudos, aqueles concentrados na história das ideias, na discussão estrutural de obras e conceitos e aqueles voltados à análise das metodologias e à proposição de teorias formais. Na análise, foi acrescentada uma subclassificação para diferenciar as dissertações e teses de acordo com o seu objeto de estudo.

Desse modo, são classificados no paradigma comportamentalista os trabalhos que focam nas dimensões comportamentais da política, sendo o comportamento a variável explicativa dos fenômenos, a partir da influência de instituições sociais e preferências individuais (MÖRSCHBACHER, LENINE & PERES, 2013; PERES, 2008; ALMOND, 1990). Os trabalhos que dão ênfase às agências de socialização, aos grupos de interesse e ao sistema político, buscando generalizações empíricas, como nas pesquisas de cultura política e modernização, são considerados parte do comportamentalismo indutivo. Por outro lado, o comportamentalismo dedutivo é caracterizado por investigações que utilizam matemática e teorização formal para construir modelos dedutivos das possíveis escolhas dos atores racionais, sendo sua premissa epistêmica o individualismo metodológico.

No paradigma neo-institucionalista estariam enquadrados trabalhos que têm como foco principal o papel desempenhado pelas regras e instituições políticas na determinação do comportamento dos atores políticos (MARCH; OLSEN, 2008; HALL; TAYLOR, 2003). Dentro do neo-institucionalismo, a subcategoria “teoria da escolha racional” reflete trabalhos que explicam fenômenos políticos a partir da racionalidade dos atores para maximizar sua satisfação frente ao constrangimento de regras estabelecidas por instituições. Por sua vez, o institucionalismo sociológico foca em uma perspectiva mais holista da interface entre as instituições e a sociedade, partindo sua análise da interação entre formas de organização social com as instituições políticas para explicar o comportamento dos atores. Por fim, o institucionalismo histórico se preocupa com as trajetórias dos fenômenos, com as mudanças institucionais.

4. A CONSTRUÇÃO ACADÊMICA DA DISCIPLINA NO RIO GRANDE DO SUL

4.1. Surgimento e Evolução

No Rio Grande do Sul, a história da Ciência Política está ligada à criação da Faculdade Livre de Direito, em 1900, dando início ao estudo humanístico no estado. No âmbito das humanidades, foi criada a Escola de Comércio de Porto Alegre, em 1909, que, futuramente, tornar-se-ia a Faculdade de Ciências Econômicas, e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, em 1936, futura Faculdade de Filosofia. Desse modo, a Ciência Política tem seu desenvolvimento enquanto disciplina acadêmica atrelado às Ciências Sociais que, por sua vez, tem início com o processo de criação da área de ciências humanas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹⁸. Não obstante, é importante considerar que a construção das Ciências Sociais nos estado não pode ser descolada da tradição do Direito. A formação de seus primeiros professores era na área jurídica, as primeiras disciplinas eram de ‘ciências jurídicas e sociais’, as teorias

¹⁸ A história da UFRGS tem início com as fundações da Escola de Farmácia e Química, da Escola de Engenharia, da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e da Faculdade de Direito, no fim do século XIX e início do século XX. Em 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre, pela integração entre essas instituições, sendo incluídas ainda a Faculdade de Agronomia e Veterinária e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Em 1947, a entidade passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), e, em dezembro de 1950, foi federalizada, passando à esfera administrativa da União e tornando-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

predominantes eram caudatárias do positivismo e o estilo de reflexão era ensaístico, literário e normativo (TRINDADE, 2007).

Assim como ocorreu nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro (LAMOUNIER 1982; LESSA 2010), também no Rio Grande do Sul a tradição de análise política precede às universidades e à autonomia acadêmica da disciplina. Antes mesmo da Ciência Política se tornar parte dos currículos acadêmicos, até porque cursos superiores da área de humanidades não existiam, pensadores sociais, muitos dos quais com formação jurídica em outros estados ou fora do país, refletiam criticamente acerca das questões políticas de sua época, principalmente o modelo político do país e o Estado nacional. A centralização da política brasileira, o Poder Moderador, reformas eleitorais, abolição da escravatura, propriedade fundiária, forças armadas, formas de governo, todos estes temas eram analisados sob uma ótica holística, de filiação sociológica ou filosófica que, para além do exercício intelectual, vinham a serviço da tentativa de causar impacto na agenda política local e nacional.

Joaquim Francisco de Assis Brasil é o mais destacado exemplo de analista político do estado que fazia uma Ciência Política que pode ser considerada pertencente ao Institucionalismo Antigo. No final do século XIX, ele trouxe para o debate temas como a representação proporcional e o tamanho dos distritos eleitorais (ASSIS BRASIL, 1893), em continuidade ao debate já existente no país sobre o sistema eleitoral, mas com contribuições originais (TAVARES, 1998), mesmo em relação ao que debatia na Inglaterra e em sintonia com o tipo de análise política que predominava nos Estados Unidos à época. Uma de suas principais obras, *História da República Riograndense* foi impressa de 1882 pelo Club Vinte de Setembro, “composto pelos estudantes republicanos rio-grandenses da faculdade jurídica de São Paulo” (ASSIS BRASIL, 1982). O agrupamento – formado por bacharéis em direito e futuros políticos gaúchos como João Jacintho de Mendonça, Joaquim Pereira da Costa e Júlio de Castilhos –, defendia a república e o abolicionismo.

Nesse contexto, no Rio Grande do Sul, a tradição jurídica e a política estiveram bastante ligadas – governadores como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Osvaldo Aranha eram advogados, graduados em diferentes Universidades brasileiras. A

Faculdade de Direito de Porto Alegre, no mesmo sentido, também teve forte influência na política gaúcha e nacional, sendo *alma mater* de personagens como Getúlio Vargas e João Goulart, e também de outro importante pensador político e defensor do trabalhismo, Alberto Pasqualini, que também se envolveu com a política prática e chegou ao cargo de senador. Em termos acadêmicos, nessa faculdade, o estudo da Política era conduzido de maneira precursora, por meio das disciplinas de Teoria Geral do Estado e Direito Público e Constitucional, ministradas no curso de Ciências Jurídicas.

A partir da criação do curso de Ciências Sociais em 1959, já então na UFRGS, dá-se início ao processo de afastamento da Ciência Política em relação ao Direito. Contudo, a graduação em Ciências Sociais não contemplou com espaços acadêmicos equivalentes suas três áreas tradicionais, tampouco conseguiu se distanciar tão rapidamente do Direito e da Filosofia. Enquanto, de uma parte, a Sociologia controlava as Ciências Sociais, de outra, o curso tinha que contar com professores do Direito e da Filosofia. O predomínio da abordagem sociológica e de professores de outras áreas se deu principalmente pela falta de pesquisadores graduados em Antropologia e Ciência Política. Ademais, dentro da disciplina, a figura de Laudelino Medeiros, na Faculdade de Filosofia da UFRGS, ligado à “geração católica” gaúcha, foi central na priorização de campos de estudo específicos, como teologia e sociologia e filosofia em detrimento de temáticas afins à Ciência Política (MONTEIRO, 2006).

Desse modo, no mesmo momento em que o comportamentalismo começava a se impor como um dos principais paradigmas da Ciência Política norte-americana, no Rio Grande do Sul, persistia a tradição formalista, jurídica e normativa da abordagem institucionalista. Enquanto a Ciência Política nos Estados Unidos constituía-se cada vez mais amplamente como uma disciplina acadêmica autônoma, a Ciência Política rio-grandense iniciava seu gradual deslocamento da área de influência, do Direito para a Sociologia. Porém, devido à carência de professores, inclusive de Sociologia, as Ciências Sociais tampouco constituem-se de maneira plenamente desvinculada do Direito, da Filosofia e da Economia. A primeira cátedra de Sociologia, sob comando de Medeiros, foi criada na Faculdade de Economia, em 1953, juntamente ao Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE), conectado à área de Sociologia Rural. Para

compor o quadro inicial de docentes de Ciências Sociais, Medeiros, como catedrático, convidou professores formados em Direito e Filosofia.

Não obstante, a influente atuação de Medeiros na Faculdade de Filosofia levou à hegemonia da Sociologia no curso de Ciências Sociais, até a Reforma do Ensino Superior, em 1968 (TRINDADE, 2015; CÁNEPA, 2015; NOLL, 2014). Na grade disciplinar, o predomínio da Sociologia é indiscutível, assim como o reduzidíssimo espaço para a Ciência Política, como pode ser percebido no Quadro 2.

QUADRO 2. Primeira Grade Curricular da Graduação em Ciências Sociais [1959]

Ano	Disciplina Obrigatória
1º	Complementos de matemática Sociologia I Economia Política I História da Filosofia
2º	Estatística Geral Sociologia II Economia Política II Ética
3º	Sociologia III História das Doutrinas Econômicas Política Antropologia e Etnografia Estatística Aplicada

Fonte: MONTEIRO, 2006, p. 128.

Como se pode perceber, Sociologia e Economia têm espaços equivalentes na grade curricular. Algo que deve ser destacado também é o considerável espaço para metodologia, presente nos três anos de formação, inclusive com um curso inicial de matemática, provavelmente preparatório para os dois cursos seguintes voltados à Estatística. A Antropologia em espaço bastante reduzido, com apenas um curso. A Ciência Política, igualmente, estava representada por apenas um curso anual, nomeado genericamente como “Política”. Esse curso era ministrado pelo professor da Faculdade de Direito, Darcy Azambuja, autor de importantes manuais ainda muito utilizados no Direito, quais sejam, “Teoria Geral do Estado”, de 1943, e “Introdução à Ciência

Política”, de 1967. Azambuja pesquisou temas de intersecção entre as Ciências Jurídicas e Sociais, como a noção do Estado, sua origem, objetivo, formação de soberania, poder político, formas de governo, democracia, entre diversos outros aspectos relacionados ao direito constitucional e às regras que regem o governo. Sua Ciência Política era a ciência do Estado.

Em seu início, o Departamento de Ciências Sociais era composto pelos professores e padres Arthur Blásio Rambo e Ignácio Schmitz, da área da Antropologia e voltados ao estudo físico ou arqueologia; José Grijó e Herbert Calhau, da área de Matemática e Estatística; e Alberto Cibils, João Guilherme de Souza, Laudelino Medeiros, Ivan Osório, Carlos Furtado, da Sociologia (TRINDADE, 2015). A área da Ciência Política contava apenas com um professor, Leônidas Rangel Xausa. Assistente de cátedra de Azambuja, a partir de 1961, Xausa passou a ministrar a disciplina na Faculdade de Filosofia, enquanto seu mentor se manteve na Faculdade de Direito, como professor de Teoria Geral do Estado.

Xausa é considerado o fundador da Ciência Política enquanto disciplina acadêmica mais autônoma no Rio Grande do Sul, ao colocar a hegemonia da Sociologia sobre a disciplina em xeque (TRINDADE, 2004). Isso ocorreu porque ele tinha formação específica na área, o que lhe permitia ir além dos temas tratados na disciplina pelo viés do Direito. Graduado em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Xausa prosseguiu sua formação em Ciência Política por meio de uma Pós-graduação em Direito Público e Ciência do Governo, na Universidade de Colúmbia, em 1960. Em Nova York, Xausa frequentou cursos de teoria política e também cursos que tratavam de temas relacionados com pesquisas empíricas e problemas políticos atuais, conforme as abordagens comportamentalistas que proliferavam pela Ciência Política norte-americana naquele período (TRINDADE, 2015). Xausa estudou obras que se tornarão clássicas, como *“The Civic Culture”*, de Gabriel Almond e Sidney Verba, *“Political Man”*, de Seymour Lipset, *“American Voter”*, de Angus Campbell, Warren Muller e outros, além das obras de David Easton, Anthony Downs, entre outros (FERRAZ, 2015). Com isso, Xausa agregou à sua formação jurídico-institucionalista o paradigma comportamentalista, com enfoque no desenvolvimento político, na análise da cultura política, na análise de sistemas, no uso de *surveys*, nos estudos eleitorais, etc.

Além disso, ele tinha experiência prática na política, o que o incentivou a lidar com problemas concretos a partir de uma concepção mais positiva. Xausa iniciou sua carreira pública em 1955, como suplente na Câmara Municipal de Porto Alegre, pelo Partido Democrata Cristão. Em 1959, elegeu-se vereador, sendo líder do governo até 1961. Essa “dupla vocação”, resultou na dificuldade de desvencilhar o político do professor, e vice-versa, pois “a política e a academia tornaram-se indissociáveis” (TRINDADE, 2004, p. 543). Essa duplicidade “político-professor”, levou-o a se envolver na disputa final entre positivistas e católicos pelo controle das principais posições nas áreas de Direito, Filosofia e Economia na UFRGS. O positivismo, bastante forte no estado, especialmente pela atuação de Júlio de Castilhos na política rio-grandense, esteve presente na fundação de cursos de Direitos e Filosofia, bem como da Engenharia. Católicos, ligados ao pensamento progressista, travaram um embate interno pelas posições acadêmicas e, conseqüentemente, pelas diretrizes disciplinares. Xausa cerrou fileiras com os católicos progressistas e permaneceu como a grande figura das Ciências Sociais na época (CÁNEPA, 2015; TRINDADE, 2015; PINTO, 2015).

Em 1966, José Antônio Giusti Tavares, professor da Unisinos, foi convidado por Xausa para ser professor assistente na UFRGS, o que permitiria dobrar o número de professores da área de Ciência Política. A partir de então, duas disciplinas anuais começaram a ser ofertadas na área: Teoria Política Clássica [dos gregos aos contratualistas e alguns autores do século XIX] e Teoria Política Contemporânea [abarcando o século XX e os grandes movimentos como o marxismo, o leninismo e o fascismo]. Já nessa época, os estudantes Hélgio Trindade e Francisco Ferraz, membros do movimento estudantil gaúcho, foram absorvidos como colaboradores na área de Política. Gradualmente, a Ciência Política conquistava espaço dentro da graduação em Ciências Sociais, aumentando seu número de cursos dentro da grade curricular e também seu quadro de professores. Outro salto importante será dado com a Reforma Universitária de 1968¹⁹, quando então foi possível igualar o peso das três matrizes básicas das Ciências Sociais com o incentivo à criação de seminários optativos.

¹⁹ A reforma modificou as regras utilizadas nas Universidades Federais ao buscar conectar pesquisa e ensino, com o fim as cátedras, a introdução dos departamentos, institucionalizando a carreira acadêmica e acoplando a progressão docente à titulação acadêmica.

Outro fato que contribuiu para a construção da autonomia acadêmica da Ciência Política no estado foram as atividades de pesquisa mediante convênio com a Fundação Ford, assinado em 1967, por intermédio de Xausa. O acordo previa apoio financeiro para pesquisa ao longo de cinco anos, incluindo-se concessão de bolsas para cursos de curta e longa duração nos Estados Unidos e até outros países do exterior e no Brasil. No âmbito desse convênio, Francisco Ferraz fez especialização em Princeton e Giusti Tavares fez mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais. A parceria também viabilizou a criação de uma biblioteca de Ciência Política e Sociologia, com exemplares que ainda fazem parte da Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades da UFRGS.

Bastante atuante no contexto da Guerra Fria em prol dos interesses da política externa norte-americana, a Fundação Ford investiu pesado na criação de laços com os países latino-americanos, especialmente na área acadêmica, procurando aumentar sua influência num continente que até então estava cultural e intelectualmente mais próximo da Europa. Mesmo no território europeu, houve intensa atuação da Fundação Ford, responsável pelo financiamento de congressos, revistas específicas, bibliotecas, centros de pesquisa e projetos de investigação, em especial estudos comparados. Na Tabela 1, aparecem os valores disponibilizados pela Fundação Ford aos dez maiores recebedores de recursos contemplados em seus convênios. Considerando-se os montantes e dos períodos de sua aplicação, pode-se dizer que a Ford foi central no processo de autonomização acadêmica da Ciência Política brasileira e, em virtude disso, pelo viés teórico e metodológico que a disciplina passou a adotar cada vez mais largamente, em especial a abordagem comportamentalista, que caracterizou principalmente as pesquisas sobre eleições.

TABELA 1

Doações da Fundação Ford para Pesquisas em Ciências Sociais no Brasil [1966-1990]

Instituições de Pesquisa	Período	Auxílio Financeiro (US\$)
Cebrap	1969-1987	1.721.200
IUPERJ	1967-1990	1.671.323
Museu Nacional [UFRJ]	1969-1990	1.283.496
Cedec	1979-1990	1.097.079
Anpocs	1978-1990	922.032
DCP-UFMG	1966-1984	860.477
Fundação Carlos Chagas	1982-1990	585.200
UFP/Pimes [UFPE]	1970-1984	538.782
UnB	1972-1988	434.315
DCP-UFRGS	1967-1975	422.311

FONTE: Miceli (1989)

No caso do Rio Grande do Sul, apesar do montante destinado à Ciência Política da UFRGS ser comparativamente menor do que aquele que outros centros receberam, diversos projetos de pesquisa foram realizados, tais como as pesquisas sobre o “Comportamento Político em Ijuí” e o “Comportamento Político em Porto Alegre”. Os projetos, coordenados por Héglio Trindade, entre 1969 e 1970, consistiram na realização de *surveys* (TRINDADE, 1971), uma vez que a metodologia por excelência das pesquisas comportamentalistas é o levantamento por amostra. Inclusive, essas pesquisas foram o segundo *survey* acadêmico realizado pela Ciência Política brasileira. O desenho da pesquisa foi elaborado por Xausa, que se concentrou em quatro variáveis principais: politização, legitimidade, eficácia e participação (CÁNEPA, 2015).

Outro resultado do convênio com a Ford foi a pesquisa “Comportamento Político no Rio Grande do Sul e Banco de Dados Eleitorais”, iniciada em 1967, organizando informações desde 1945 sobre as eleições e os perfis socioeconômicos no estado. Nesse projeto, buscava-se definir, a partir de dados municipais, a correlação entre variáveis de nível macro – como renda, industrialização e urbanização – e a adesão aos partidos políticos. Para o grupo de pesquisadores, essa pesquisa, antes de mais nada, foi “um exercício de arqueologia política, consistiu no levantamento das fontes disponíveis (...) das estatísticas eleitorais sobre o período multipartidário compreendido entre 1947 e 1962” (NUPERGS, 2015).

Com a aposentadoria compulsória de Xausa em 1968, depois do AI-5, seus três sucessores, Giusti Tavares, Héglio Trindade e Francisco Ferraz deram continuidade às pesquisas conveniadas com a Ford. Eles serão também os responsáveis dali por diante pela continuidade da construção da autonomia acadêmica da Ciência Política no Rio Grande do Sul e sua difusão, por meio da formação de novos cientistas políticos.

Trindade teve sua formação na França, com especialização na Seção Política e Social do *Institut d'Études Politiques* da *Sciences-Po*, de 1965 a 1967, e doutoramento em Estudos Políticos na *Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne*, de 1967 a 1971. Desse modo, trouxe para a UFRGS a abordagem da Geografia Política, ou ecológica, praticada por Jean Rangé e Georges Lavau. Esses professores visitaram a UFRGS e tiveram aqui uma de suas primeiras experiências com *surveys* – na França daquele período, as pesquisas sobre comportamento político não possuíam a mesma sofisticação metodológica que já caracterizava os estudos norte-americanos (TRINDADE, 2015). Enquanto os franceses utilizam enquetes e dados agregados de órgãos governamentais sobre política em geral, a abordagem utilizada nas pesquisas gaúchas estava mais próxima à americana, de construção de variáveis baseadas em perguntas específicas, direcionadas ao entendimento do comportamento político dos entrevistados no nível individual, para a posterior busca de correlações.

Após sua experiência nos Estados Unidos, Ferraz tornou-se professor no Departamento de Ciências Sociais da UFRGS na década de 1970. Sua pesquisa na Universidade de Princeton, onde realizou especialização entre os anos de 1967 e 1970, obtendo o aceite para a candidatura à defesa do doutorado, era orientada pelo professor Harry Eckstein, sobre a utilização do conceito de democracia estável no Brasil. Bastante conectado ao paradigma comportamentalista, sua intenção era a de compreender como os valores políticos e sociais estão correlacionados no contexto dos padrões de autoridade do ambiente brasileiro (FERRAZ, 2015). Enquanto professor de política, e com título acadêmico na área, Ferraz foi eleito, em 1971, representante da área de Ciências Humanas na Câmara Especial de Pesquisa da Universidade. Nesse espaço institucional, Ferraz começou a pavimentar “caminhos para criar um curso de pós-graduação, porque com isso seria possível trazer para a área de Ciências Humanas,

e dentro dela, a de Ciência Política, dinheiro para comprar livro, para conseguir bolsas, para entrar na pós-graduação, para conseguir verbas” (FERRAZ, 2015).

Ferraz aglutinou professores das mais diversas áreas para formar o corpo docente, e assim logrou obter, na Câmara, a aprovação do Programa de Mestrado em Sociologia e Política. Para tanto, contou com decisivo apoio de João Guilherme, professor da Sociologia e um dos responsáveis pela consolidação do curso de Ciências Sociais, e teve que confrontar Laudelino Medeiros, interessado em manter apenas o PPG em Sociologia Rural e Industrial, ligado ao IEPE (CÁNEPA, 2015). Criado o mestrado, o próximo desafio seria qualificar o corpo docente com vistas à instituição de um futuro curso de doutorado. Naquele momento, a Ciência Política tinha mais professores com titulações que a Sociologia – Héglio Trindade tinha doutorado, Giusti Tavares, mestrado, e Francisco Ferraz, especialização com *status* de mestrado (TRINDADE 2015).

Sem dúvida, a fundação do PPG foi uma etapa de desenvolvimento do trabalho de um grupo bastante atuante de pesquisadores e docentes da UFRGS, que tiveram que superar uma série de obstáculos para formar a área na universidade e no estado. Essa geração pretendia não apenas construir a institucionalidade da Ciência Política na UFRGS, mas expandir a disciplina no estado e contribuir para sua estruturação no país. Seu projeto ainda continha o propósito de promover o pluralismo acadêmico no Brasil mediante a criação de um programa de pós-graduação exógeno ao eixo Rio/Minas/São Paulo (UFRGS, 1995; 1996). Assim, o curso de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS foi o terceiro instituído no país, sendo, portanto, um dos pioneiros da área e um dos primeiros a surgirem no Rio Grande do Sul considerando-se todas as áreas. Com amplo intercâmbio acadêmico, nacional e internacional, as visões teóricas e metodológicas que esses professores absorveram em sua formação ajudaram a definir uma comunidade científica característica localmente, em torno do programa, e nacionalmente, por meio de sua produção e participação em pesquisas com outras instituições do país e de outros países.

Nesse sentido, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), fundada em 1977, e a Associação Brasileira de Ciência

Política, criada em 1986, são derivadas deste processo, na promoção de eventos científicos, para a divulgação e o intercâmbio de conhecimento em âmbito nacional e internacional. Vale salientar a influência do professor Hégio Trindade nessas duas associações, sendo membro da diretoria fundadora da ANPOCS e da ABCP, presidente da ANPOCS entre 1984 e 1986, e desde 1999, membro da Comissão Internacional da mesma instituição, apoiando inclusive a consolidação da Ciência Política no Brasil, dado que, por meio delas, disseminaram-se diretrizes para a área, seja por meio das conferências, em si, seja pela seleção das pesquisas a serem apresentadas em seus grupos de trabalho.

A construção do Programa foi favorecida pela continuidade dos financiamentos à pesquisa concedidos pela Fundação Ford. Esse foi o caso do Projeto comparativo “Comportamento Político-Eleitoral nas Eleições Municipais de 1976”, que contou com um convênio entre a Fundação Ford, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Participavam desse projeto a PPG de Ciência Política UFRGS, o Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (IESPE/PUC), o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o IUPERJ e o DCP da UFMG. Na pesquisa, foram aplicados questionários numa amostra da população de cidades importantes do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – respectivamente Caxias do Sul, Presidente Prudente, Juiz de Fora e Niterói. Os resultados foram publicados em dois livros que se tornaram referências nos estudos eleitorais sobre o período autoritário, “Os partidos e as eleições”, de 1975, organizado de Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso, e “Os partidos e o regime”, de 1978, organizado de Fábio Wanderley Reis.

Outro aspecto importante do processo de construção acadêmica da Ciência Política no Rio Grande do Sul, foi a criação de núcleos de pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação. Ainda nos anos 1970, foi criado o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (Nupergs), em 1979²⁰. Esse Núcleo foi o

²⁰ No mesmo ano, a área de Antropologia Social foi integrada ao Curso de Pós-Graduação. Em dezembro de 1985, o curso de Pós-Graduação foi desmembrado em três programas: Mestrado em Antropologia

resultado da atuação de Héglio Trindade, que à época era coordenador do Programa. Ao Nupergs foi incorporado o acervo gerado pelas pesquisas sobre eleições e comportamento político, bem como arquivos do Tribunal Regional Eleitoral²¹. Outro acervo acolhido pelo Nupergs, relacionado com uma de suas linhas de investigação, era composto por arquivos com informações sobre líderes da política gaúcha, como Assis Brasil, Flores da Cunha e Raul Pilla (TRINDADE, 2015). Na década de 1980, à sigla Nupergs foi adicionado o termo Consul, em decorrência das linhas de pesquisas desenvolvidas dentro do Núcleo sobre política comparada dos países do Cone Sul e da América Latina (NUPERGS, 2015).

Com isso, o Núcleo procurava ampliar sua abrangência para outros países da região, num processo de internacionalização da Ciência Política da UFRGS em sintonia com a situação fronteiriça do estado. Um dos primeiros resultados desse projeto foi a realização do VIII Seminário de Estudos Latino-americanos, em 1986, contando com a presença de professores da Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai (UFRGS, 1995). No encontro, estiveram presentes membros da Associação de Universidades do Grupo Montevideo, entusiastas da realização de intercâmbios e de eventos conjuntos, para a manutenção de uma estreita articulação entre a UFRGS e instituições do América Latina (UFRGS, 2004).

Em 1988, os esforços de aproximação com o tema de América Latina foram aprofundados em virtude da criação do Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL), pelo professor Marcello Baquero, membro do Programa de Pós-Graduação. Fortemente influenciado pelos estudos de cultura política, as pesquisas do Núcleo se caracterizaram pelo uso de metodologias quantitativas baseada em amostras e testes estatísticos. Baquero teve sua formação nos Estados Unidos, onde recebeu treinamento quantitativos e teórico nos moldes do comportamentalismo. Sua vinda para a UFRGS, na década de 1980, após seu doutoramento na Universidade Estadual da Flórida, em 1979, trouxe as concepções metodológicas quantitativas mais

Social, em Ciência Política e em Sociologia, conforme parecer 314/85, da Câmara Especial de Pós-Graduação e Pesquisa (UFRGS, 1995; 1996).

²¹ Esses dados foram obtidos graças a um dos alunos do PPG, que era servidor do órgão, e que alertou que tais documentos estavam sendo jogados no lixo (TRINDADE, 2015).

avançadas (BAQUERO, 2006), resultando na formação de dezenas de mestres e doutores adeptos do paradigma comportamentalista²².

Dessa proximidade entre o estudo de Ciência Política no Rio Grande do Sul com os países da região, foi realizada a proposta de implantação do Curso de Doutorado em Ciência Política, ênfase em Política Comparada e Integração Latino-americana, com início no ano de 1996. O curso foi o terceiro do Brasil, estando atrás apenas dos doutorados em Ciência Política da USP e do IUPERJ, criados em 1974 e 1980, respectivamente.

Mais recentemente, nos últimos seis anos, houve uma mudança geracional com a aposentadoria de vários professores antigos, inclusive alguns dos fundadores do departamento e do Programa de Pós-Graduação. Com os novos pesquisadores que foram incorporados ao programa, a Ciência Política da UFRGS dá continuidade às tradicionais linhas de pesquisa sobre cultura política, vinculada ao comportamentalismo, e aos estudos sobre elites, com um enfoque próxima da sociologia institucional. Aumentou o grupo de pesquisadores da área de política internacional, englobando estudos sobre estratégia e defesa. Também cresceu a área de instituições políticas, com um número maior de pesquisadores que utilizam o paradigma neo-institucionalista em suas pesquisas.

Pode-se dizer que o processo de construção da autonomia acadêmica da Ciência Política na UFRGS foi bem sucedido, uma vez que não apenas foi criado um programa de pós-graduação específico na área e que se consolidou, tendo formado um número elevado de mestres e doutores, muitos deles são como professores e pesquisadores em outras instituições ou mesmo na UFRGS, como ainda foi criado um Departamento de Ciência Política, responsável pelas disciplinas da graduação em Ciências Sociais, Políticas Públicas e Relações Internacionais. Contudo, a autonomia estaria completa se a Ciência Política da UFRGS tivesse conseguido criar uma graduação específica, embora sejam raras as graduações apenas nessa área.

²² Outro núcleo criado nos anos 1980, também ligado à vertente behaviorista, foi o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero, com atuação da professora Jussara Prá, que criou uma subárea de estudos feministas no curso.

De qualquer forma, a Ciência Política estabelecida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi o ponto de partida para a criação e a difusão acadêmica da disciplina no estado²³. Surgiram duas graduações em Ciência Política, uma na Universidade Luterana do Brasil, em 1994, e outra na Unipampa, em 2009. Em 2010, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. O curso foi resultado do desmembramento do Programa de Ciências Sociais da Universidade, em 2006, sendo assim o segundo curso de pós-graduação na área no Rio Grande do Sul. Em 2015, a CAPES aprovou o doutorado em Ciência Política na UFPel²⁴. Em relação à Pós-Graduação *stricto sensu*, é importante destacar que o intercâmbio acadêmico entre a UFRGS e a UFPel é intenso: dos sete professores permanentes, seis realizaram curso de pós-graduação na primeira²⁵. Dessa forma, há uma forte influência da análise de cultura política e das abordagens teóricas feminista e pós-estruturalista no PPG da UFPel.

Nos Gráficos 1 e 2, são apresentados os professores que fizeram ou fazem parte do quadro de docentes e pesquisadores do programa e a evolução das linhas de pesquisa, de modo que é possível perceber o tipo de tema e de paradigma privilegiado em cada período, e dos fundadores do programa, apenas Héliogio Trindade continua em

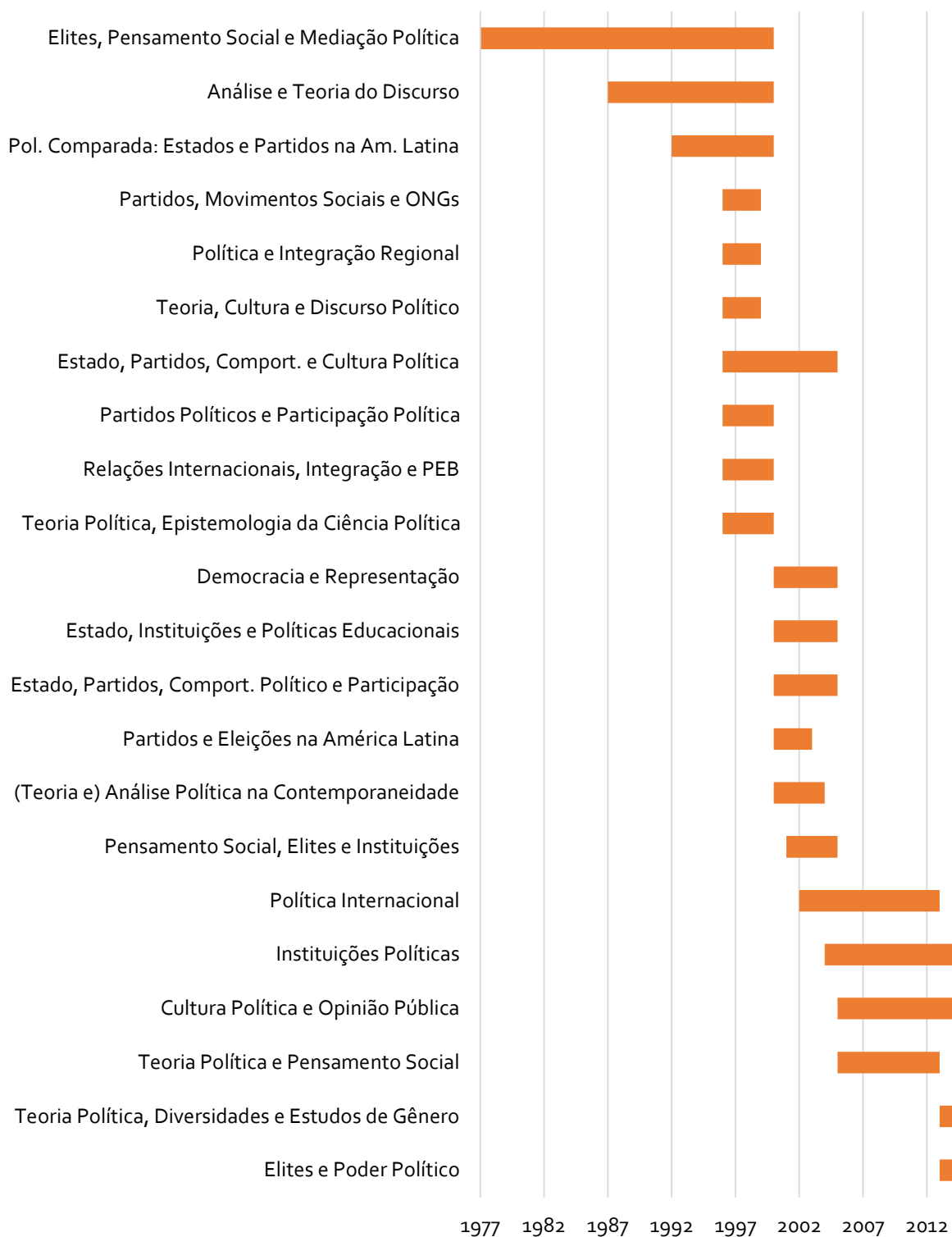
²³ Dada a importância e o crescimento da área de Relações Internacionais no Brasil, foram criados, na UFRGS, o Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), em 1999, o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, em 2002, e o curso de graduação, em 2004. O PPGRi está em processo de desativação junto à CAPES, tendo titulado, até 2012, 70 mestre (SUCUPIRA, 2015). Até 2008, os membros do corpo docente foram professores do próprio PPG de Ciência Política, bem como professores dos cursos de Direito, História, Sociologia e Geografia. Em 2010, a CAPES autorizou o funcionamento do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da UFRGS, buscando integrar os estudos de segurança internacional, economia política internacional e análise de política externa. De 2012 a 2014, foram defendidas 5 teses de doutorado e 21 dissertações de mestrado no PPGEEI. O intercâmbio de conhecimento e de professores entre os Programas é bastante intenso. Em 2015, foi criado o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, resultado da colaboração entre professores da Ciência Política, da Sociologia e da Antropologia da própria Universidade.

²⁴ Contudo, a história da Ciência Política em Pelotas é mais antiga: na década de 1950, antes da criação da própria Universidade, surgiu o Instituto de Sociologia e Política (ISP), vinculado à faculdade de Direito, via uma política de fomento da Unesco, com uma espécie de instituto de estudos avançados (BARRETO, 2015). Atuando em perspectiva formal da política, ligada ao jusnaturalismo, o ISP teve pouca atividade de ensino, até 1985, quando da criação do Curso de Especialização em Ciência Política, recuperando a função de altos estudos. A Pós-Graduação *latu sensu* foi o embrião do Curso de Graduação em Ciências Sociais, com bacharelado criado em 1991 e licenciatura em 1994 (UFPel, 2015).

²⁵ Os professores Bianca de Freitas Linhares, Hemerson Luiz Pase e Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha foram orientados pelo professor Marcello Baquero, enquanto que Daniel de Mendonça, Luciana de Aragão Ballestrin e Rosângela Schulz, pela professora Céli Pinto, nos anos 2000. O professor Alvaro Barreto realizou pós-graduação em História, também na UFRGS (BARRETO, 2015; MENDONÇA, 2015).

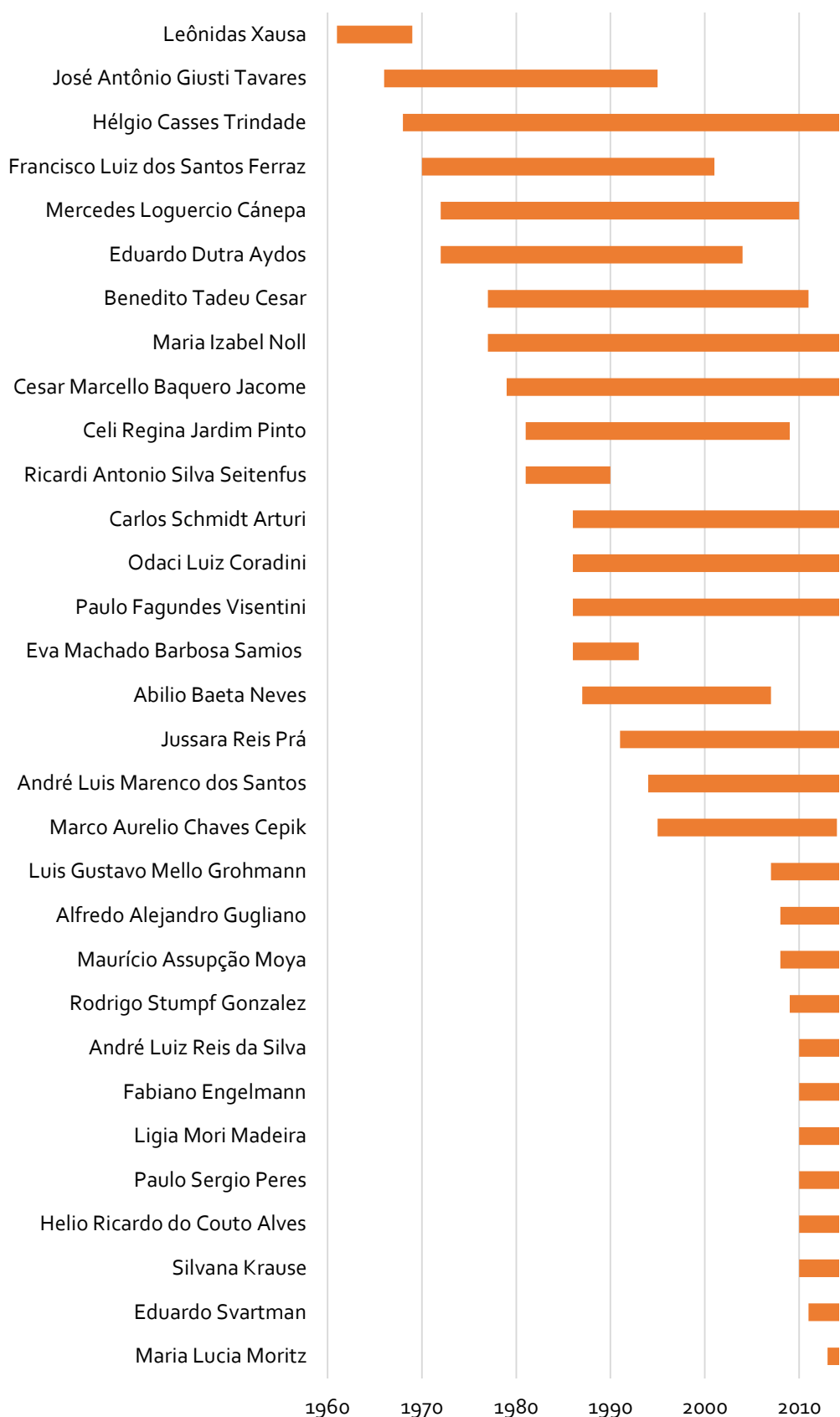
atividade. Da geração subsequente, ainda estão em atividade Maria Izabel Noll e Marcello Baquero. Da geração seguinte, estão em atividade Carlos Arturi, Odaci Coradini e Paulo Visentini. Doze docentes foram integrados ao programa recentemente, correspondendo à mudança geracional dos pesquisadores que terão a tarefa de continuar o processo de construção da Ciência Política no estado, na região e no país. No que se refere às linhas de pesquisa, houve bastante alterações. Os temas mais recorrentes são Elites e Partidos Políticos, que aparecem praticamente durante todo o tempo, mesmo em linhas diferentes.

GRÁFICO 1. Linhas de Pesquisa do PPG em Ciência Política da UFRGS, por Período



Fonte: Cadernos de Indicadores da CAPES (1998-2012) e Plataforma Sucupira.

GRÁFICO 2. Quadro de Docentes da área de Ciência Política na UFRGS (1960-2014)



Fonte: Cadernos de Indicadores da CAPES (1998-2012), Plataforma Sucupira, Plataforma Lattes, BAQUERO (2006), CÁNEPA (2015), FERRAZ (2015), NOLL, (2014), PINTO (2015), MARENCO (2015b), TAVARES (2015), TRINDADE (2015), UFRGS (1995).

4.2. Os Paradigmas na Visão dos Pesquisadores

De acordo com Trindade (2016), as primeiras pesquisas realizadas na área, na UFRGS, enquadravam-se em duas temáticas: pesquisas sobre o comportamento político, partidos e eleições e pesquisas sobre instituições políticas, elites republicanas regionais e movimentos políticos nacionais. Isso significa que, do ponto de vista epistemológico, o início da pesquisa acadêmica em Ciência Política no Rio Grande do Sul estava alicerçado em duas abordagens referentes a paradigmas ou cosmologias científicas distintas – o comportamentalismo e o institucionalismo antigo. Essa era uma situação semelhante ao que se passava nos Estados Unidos, porque a imposição do paradigma comportamentalista, com sua agenda de pesquisas e suas diretrizes metodológicas favoráveis aos estudos empíricos, indutivos e quantitativos, não fez desaparecer as abordagens institucionalistas formalistas, jurídicas e históricas. Tampouco fez desaparecer toda a tradição de teoria política voltada aos temas da filosofia política. O surgimento do comportamentalismo aumentou o pluralismo da Ciência Política norte-americana, gerando uma tensão interna entre as subcomunidades que professavam valores científicos diferentes, mas não a ponto de impedir uma coexistência pacífica dentro da mesma grande comunidade da área.

Em realidade, não se pode deixar de situar o PPG da UFRGS em uma “revolução comportamentalista” no Brasil, na década de 1960, pois o “tema era este” (TRINDADE, 2015). Mas, ao mesmo tempo, o comportamentalismo era balanceado pelo peso dado à análise da história política, de corte institucionalista, logo nos primeiros anos do curso de Mestrado. Os estudos institucionais compreendiam as discussões sobre elites, movimentos e organizações políticas, bastante centrados no projeto “Integralismo e Fascismo no Brasil”, de Héglio Trindade. Ademais, vale ressaltar a forte influência francesa, especialmente pela mobilidade entre alunos e professores, como, por exemplo, nos doutoramentos de pesquisadores como Izabel Noll e Carlos Arturi, e pelo acordo CAPES/Cofecub entre a Ciência Política da UFRGS e o *Institut d'Etudes Politiques de Paris*, entre as décadas 1980 e 1990.

Portanto, na trajetória de construção da Ciência Política acadêmica no Rio Grande do Sul e também no país, os fundadores do Programa de Pós-Graduação e a geração subsequente praticavam e difundiam dois paradigmas que são partes essenciais da história da Ciência Política nos Estados Unidos e Europa – o

institucionalismo e o comportamentalismo. Alguns pesquisadores se filiavam a apenas um dos paradigmas; outros, conforme o caso, recorria a um ou outro, conforme se pode depreender dos depoimentos de dois personagens importantes dessa história:

Isso não era uma coisa conscientemente reconhecida como é hoje a discussão do neo-institucionalismo, porque ao mesmo tempo essa geração que fazia isso, que produzia isso, que sabia fazer isso, também faziam outras coisas, como nós falamos sobre eleições e coisas do gênero. Era uma geração que tinha muita clareza do desenvolvimento da Ciência Política moderna (TRINDADE, 2015).

(...) tinhas que dar aula, de análise política, de introdução à Ciência Política, de estudos eleitorais, tu tinhas que atender (...) em 1972, 1973, eu comecei a dar aula de Ciência Política, então o Tavares e o Xausa davam aqueles cursos mais teóricos e eu comecei a entrar na área de análise política. Bom, para entrar nessa área, essa literatura toda da Ciência Política hegemônica naquele período era essencial (TRINDADE, 2015).

Nessa tua questão (sobre os paradigmas institucionalista e comportamentalista na UFRGS), eu sou o tipo da pessoa que atira para os dois lados. Na verdade, todos são (...) A tradição do Xausa e do Helgio é muito institucionalista, no sentido da análise das instituições. Se não é do ponto de vista teórico, (...) é do ponto de vista da política comparada, da comparação de instituições (CÁNEPA, 2015).

Todavia, devido à forte influência francesa, algumas outras perspectivas epistemológicas e teóricas também ganharam espaço no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Um dos professores mais antigos em atividade atualmente, Odaci Coradini, realiza pesquisas, orienta e dá aulas seguindo a teoria ou os conceitos de Pierre Bourdieu, tendo como objeto de investigação as elites políticas e sociais. Em alguma medida, suas análises também incidem na área da sociologia das instituições. Durante vários anos, Céli Pinto foi responsável pela área de teoria política e por pesquisas e cursos voltados à análise do discurso, segundo o modelo de Essex. Ela também desenvolveu estudos de gênero e abordagens feministas. De maneira mais pontual, o professor Giusti Tavares esteve bastante conectado metodologicamente à escolha racional ortodoxa, até sua aposentadoria, em 1994 (MARENCO, 2015b).

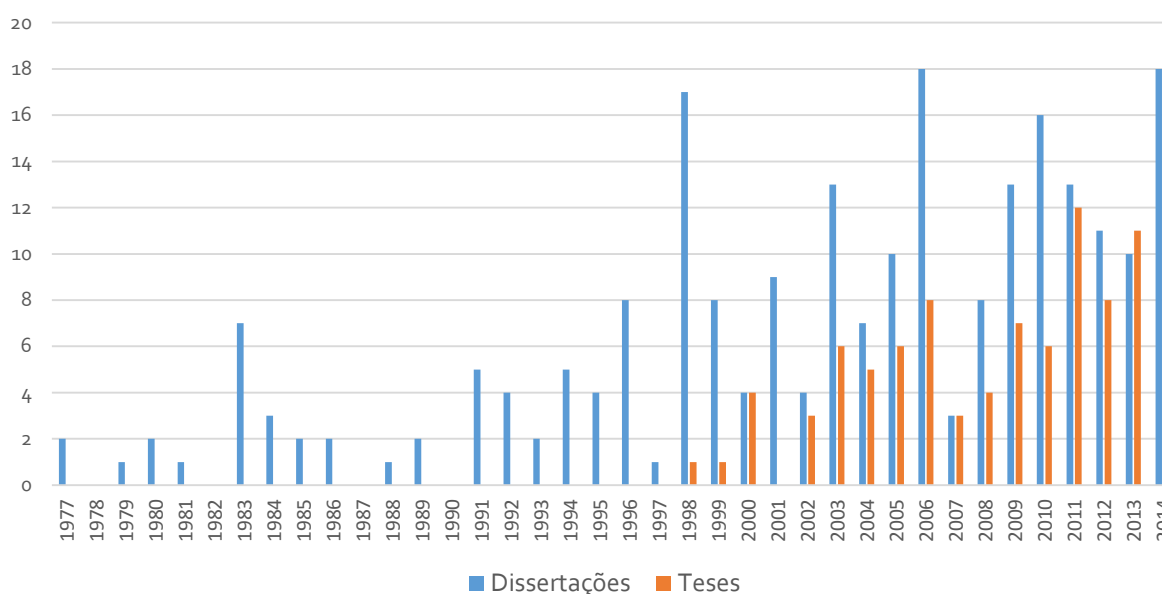
5. PERFIL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Nesta seção será analisada a produção científica dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política do Rio Grande do Sul, da UFRGS e da UFPel, desde 1977 até 2014. Conforme já mencionado, são analisadas 360 dissertações de mestrado e teses de doutorado, 344 da UFRGS e 16 da UFPel, com base os critérios de classificação propostos por Mörschbacher, Lenine e Peres (2013), já mostrados anteriormente no Quadro 2.

5.1. Análise das Teses e Dissertações da UFRGS

Na UFRGS, as primeiras dissertações foram defendidas em 1977 e as primeiras teses de doutorado em 1998. Como mostra o Gráfico 3, há três picos no volume de defesas de dissertação, em 1998, 2006 e 2014, atingindo uma quantidade expressiva de 17 trabalhos no primeiro caso e 18 no segundo. As teses de doutorado tem um número maior de defesas realizadas em 2011 e, principalmente, em 2014, totalizando 11 e 15 respectivamente. De modo geral, há um crescimento bastante expressivo no volume de dissertações e teses defendidas a partir de 2006, mostrando um crescimento acentuado na produção científica do Programa nos últimos anos. Considerando-se todo o período, os dados indicam um alto impacto do Programa de Ciência Política da UFRGS na formação de cientistas políticos no país.

GRÁFICO 3. Produção de Teses e Dissertações no PPG em Ciência Política UFRGS (1977-2014)



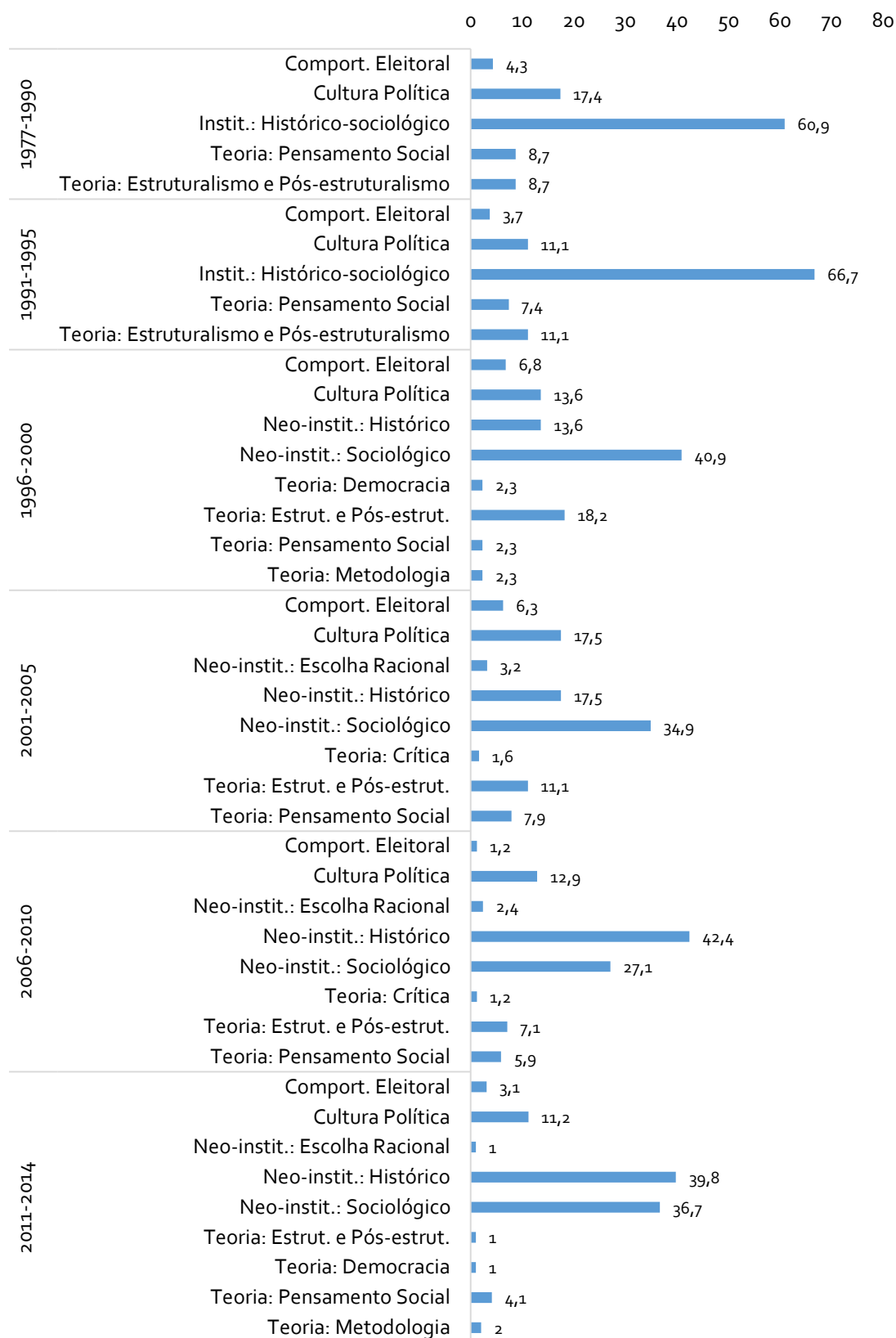
Fonte: Arquivo de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, Cadernos de Indicadores da CAPES (1998-2012) e Plataforma Sucupira. Elaboração própria.

Começamos então a análise da produção científica do PPG de Ciência Política da UFRGS observando como se distribuem as proporções de teses e dissertações defendidas no período, de acordo com as abordagens adotadas. Conforme discutido anteriormente, no interior dos três paradigmas que se estabeleceram como orientações teóricas e epistemológicas das linhas de pesquisa do Programa, existe uma variedade de abordagens possíveis, muitas vezes em competição. O Gráfico 4 apresenta esses dados²⁶.

No caso da produção de teoria política, o volume de sua produção é estável e relevante até 2005, com uma média de 18% dos trabalhos apresentados às bancas avaliadoras. As abordagens predominantes são as teorias estruturais e pós-estruturais, seguidas por estudos do pensamento social. No último período, 2011-2014, ocorre uma queda acentuada na produção geral de teoria política, tornando-se predominante, embora com uma porcentagem bastante reduzida, trabalhos sobre o pensamento social. A produção voltada aos estudos de metodologia é muito baixa e irregular.

²⁶ A distribuição de frequência absoluta desses dados pode ser conferida no Anexo.

GRÁFICO 4. Evolução da Proporção de Teses e Dissertações Defendidas no PPG Ciência Política UFRGS, de acordo com as Abordagens Adotadas



Fonte: Arquivo de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, Atas de Defesa de Teses e Dissertações, Cadernos de Indicadores da CAPES (1998-2012) e Plataforma Sucupira. Elaboração própria.

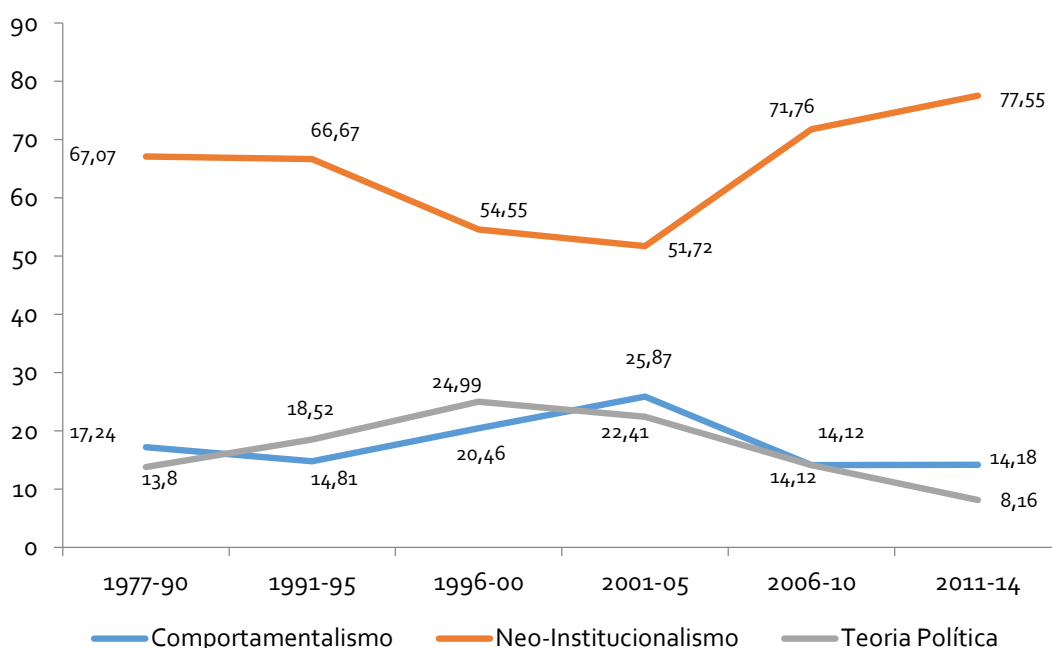
Em relação às abordagens comportamentalistas, os estudos sobre o comportamento eleitoral têm produção reduzida, com maiores proporções obtidas em 1996-2005. Estudos sobre cultura política são predominantes no caso desse paradigma, com uma proporção mais ou menos estável até 2005, em torno de 15% em média. Porém, a partir de 2005 o volume de trabalhos que utilizam essa abordagem se reduz, até que ocorre uma drástica queda entre 2006 e 2010. No último período observado, 2011-2014, mantém-se a reduzida proporção na produção de estudos sobre cultura política.

As abordagens neo-institucionalistas apresentam proporções relativamente muito mais elevadas do que as outras. De 1977 até 1995, das 52 dissertações defendidas, 32 trataram de temas relativos à história política, especialmente do Rio Grande do Sul²⁷. Esses trabalhos, mesclavam as abordagens do institucionalismo histórico com as do institucionalismo sociológico, por isso são classificadas como institucionalismo histórico-sociológico. Essa abordagem é amplamente predominante até 1995, quando as teses e dissertações começaram a ter um alinhamento demarcado no interior do paradigma neo-institucional, ou seja, elas se subdividiram mais nitidamente nas vertentes histórica e sociológica. A partir de então, podemos observar uma disputa entre essas duas vertentes, com o predomínio do institucionalismo sociológico até 2006, quando este é ultrapassado, com margem elevada, pelo institucionalismo histórico. Porém, entre 2011 e 2014, o Institucionalismo sociológico volta a apresentar elevada produção e empata com a proporção alcançada pelo institucionalismo histórico. Já a vertente econômica do neo-institucionalismo, a teoria da escolha racional em sua vertente da escolha social, só aparece na produção do Programa em 2001-2005, mas sempre com um volume muito reduzido.

²⁷ Ocorre que a área de Ciência Política atraiu estudantes de licenciatura em História, como Izabel Noll, Céli Pinto, Loiva Félix e René Gertz, abrindo espaço para pesquisas sobre um tema que estava “completamente abandonado e que era fundamental: a história política do Rio Grande do Sul” (TRINDADE 2015). O curso de história da UFRGS era pautado por temas economicistas, com uma visão marxista, mais ligado à História Econômica. Professores do Departamento de História da UFRGS, como Carla Brandalise, Temístocles Cezar e Enrique Padrós, que defenderam suas dissertações no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na década de 1990, são também exemplos de pesquisadores cuja formação esteve na intersecção entre a política e a história.

Portanto, do ponto de vista dos paradigmas predominantes, há uma clara vantagem do neo-institucionalismo ao longo de todo o período, conforme mostra o Gráfico 5. Inclusive, a partir de 2006, a proporção de teses e dissertações que adotaram alguma das abordagens neo-institucionalistas apresentou um crescimento que levou a resultados superiores a qualquer um dos períodos anteriores. Em segundo lugar, há uma disputa, pode-se dizer, entre teoria política e comportamentalismo, com ultrapassagens de um pelo outro em momentos alternados. A partir de 2001, ambos iniciam uma rota de declínio, mas mantendo a competição acirrada. No último período, o comportamentalismo prevalece, mas numa dinâmica que não permite concluir se seu segundo lugar está garantido nos próximos anos. Enfim, o perfil da produção científica do Programa de Pós-Graduação da UFRGS mostra que as abordagens neo-institucionalistas foram amplamente hegemônicas, mas que também se constituiu uma tradição importante de abordagens comportamentalistas, especialmente os estudos de cultura política, e de teoria política.

GRÁFICO 5. Evolução Proporcional da Produção Científica do PPG Ciência Política UFRGS, de acordo com o Paradigma Adotado (1977-2014)

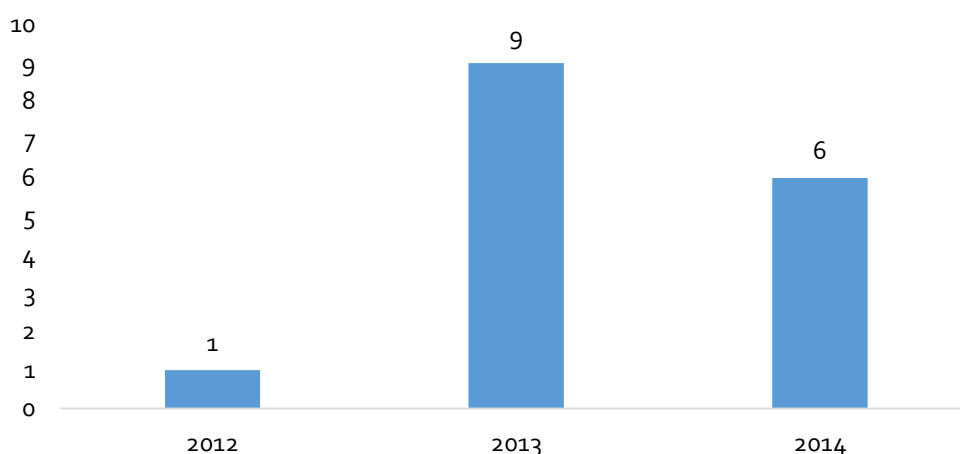


Fonte: Arquivo de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Elaboração própria.

5.2. Análise das Dissertações da UFPel

O recente PPG de Ciência Política da UFPel está em sintonia com os paradigmas e abordagens predominantes no Programa da UFRGS, uma vez que a maioria de seus professores teve formação nesse PPG. O Programa da UFPel se divide em duas linhas de pesquisa: “Democracia: Teorias e Experiências” e “Processos Políticos: Atores e Instituições”. Até 2015, havia apenas o curso de mestrado e, por isso, serão analisadas apenas dissertações e seu volume não é grande, como pode ser observado no Gráfico 6. Contudo, apesar do volume ser reduzido, houve um crescimento considerável entre 2012 e 2013 e, de certo modo, um volume expressivo no total de defesas, levando em conta o pouco tempo de existência do Programa²⁸.

GRÁFICO 6. Produção de Dissertações NO PPG em Ciência Política UFPel (2012-2014)



Fonte: Plataforma Sucupira – CAPES/Ministério da Educação. Elaboração própria.

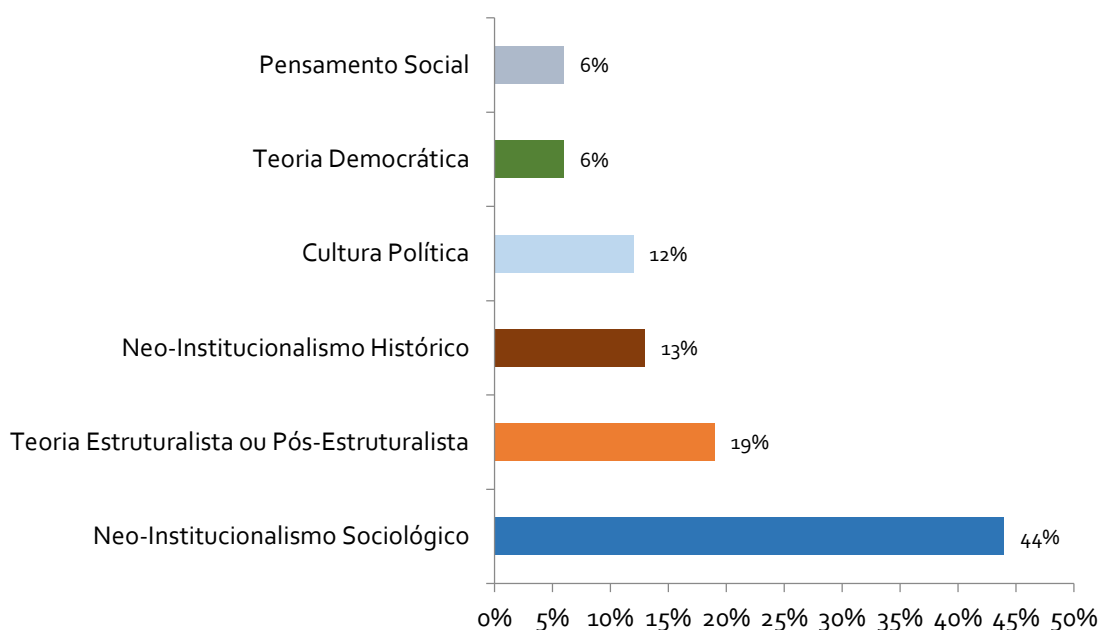
Ao todo, dezesseis dissertações foram apresentadas no período. A análise desse material a partir da classificação que os agrupa de acordo com a abordagem adotada, conforme disposto no Gráfico 7, mostra que se mantém o padrão de predomínio das análises de viés neo-institucional encontrado no PPG da UFRGS. Essa dominância é amplamente favorável ao institucionalismo sociológico. Outro padrão que se mantém é a existência de um volume expressivo de abordagens comportamentalistas e de teoria

²⁸ A distribuição de frequência absoluta desses dados pode ser conferida no Anexo.

política. Igualmente, predominam estudos de cultura política, no primeiro caso, e, no segundo, estudos de teorias estruturalistas e pós-estruturalistas, assim como sobre o pensamento social.

Porém, diferentemente do se observa na UFRGS, não há uma disputa entre estudos de cultura política e de teoria política, pois a teoria política apresenta uma proporção de dissertações bastante superior, graças às abordagens estruturalistas e pós-estruturalistas. Assim, a teoria política ocupa, de maneira consistente, o segundo lugar na produção do PPG de Ciência Política da UFPel, que tem em primeiro lugar uma proporção de dissertações vinculadas às abordagens neo-institucionalistas acima de quase 60%.

GRÁFICO 7. Proporção de Dissertações Defendidas no PPG Ciência Política UFPel, de Acordo com a Abordagem Adotada (2012-2014)



Fonte: Plataforma Sucupira.

O Gráfico 8 mostra essa distribuição e deixa evidente que no segundo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política criado no estado, em virtude da influência da Ciência Política da UFRGS, que formou a maior parte dos docentes da área na UFPel, reproduzem-se os mesmos paradigmas e de modo semelhante suas dominâncias. A diferença mais fundamental é a larga vantagem da teoria política em relação ao

comportamentalismo, inclusive a ponto de evitar que o predomínio do neo-institucionalismo não seja tão elevado como é na UFRGS.

GRÁFICO 8. Distribuição Proporcional da Produção Científica do PPG Ciência Política UFPel, de Acordo com o Paradigma Adotado (2012-2014)



Fonte: Plataforma Sucupira.

6. CONCLUSÃO

O ponto de partida da discussão proposta nesta dissertação foi o que aqui foi denominado de “narrativa canônica” sobre a história da Ciência Política brasileira. Essa narrativa afirma que a disciplina surgiu tardiamente no país, quando foram criados os Programas de Pós-Graduação na UFMG e no IUPERJ, e que uma nova geração de cientistas políticos dessas instituições impuseram o processo de construção da Ciência Política em oposição à tradição ensaística e sociológica predominante. Procurei mostrar que essa narrativa contém diversos problemas, sendo dois deles os principais. Em primeiro lugar, já havia Ciência Política no Brasil antes de 1960, praticada de acordo com o paradigma Institucionalista Antigo, assim como ele ainda era adotado por diversos cientistas políticos norte-americanos e europeus. O que ocorreu a partir de 1960 foram dois processos articulados: iniciou-se a construção da *autonomia* acadêmica da disciplina e foi introduzida na pequena comunidade de cientistas políticos brasileiros a chamada revolução comportamentalista. Em segundo lugar, embora tenha sido imprescindíveis para a construção de uma Ciência Política academicamente autônoma e para a difusão das diretrizes teóricas e metodológicas do comportamentalismo no Brasil, os cientistas políticos daquelas dois Programas pioneiros não foram os únicos responsáveis por esses dois processos.

A partir disso, defendi que é necessário a formação de uma historiografia sobre a Ciência Política brasileira, que seja capaz de reconstruir sua evolução e de maneira mais ampla e aprofundada, de modo a mostrar as diversas contribuições individuais, departamentais e de Programas de Pós-Graduação de outros estados e regiões. Meu objetivo, assim, foi mostrar que a Ciência Política no Rio Grande do Sul teve uma história mais ou menos similar àquela geralmente contada sobre os Programas da UFMG e IUPERJ, no sentido da construção da autonomia acadêmica, das tradições que foram recebidas e da tentativa de difusão do novo paradigma dos anos 1960 e 1970, o comportamentalismo. O Programa de Pós-Graduação da UFRGS foi o terceiro criado na área e teve uma geração de jovens cientistas políticos que também contribuíram para a construção da disciplina no âmbito acadêmico no estado e no país.

A análise de sua produção científica mostrou que os paradigmas que predominam na Ciência Política internacional são sistematicamente adotados nas teses e dissertações. As gerações formadas na UFRGS reproduzem nas instituições de ensino e pesquisa às quais se vinculam os paradigmas em que foram treinados durante sua pós-graduação, como ficou evidenciado na análise da produção o recém criado Programa na Universidade Federal de Pelotas. Ou seja, existem membros de uma comunidade acadêmica que contribuíram e vem contribuindo para a difusão dos valores científicos contidos nos paradigmas que seguem, e, desse modo, para a prática da ciência normal e o recrutamento e a formação das sucessivas gerações.

Seeley (1896), dizia que a História sem a Ciência Política não tem alma e a Ciência Política sem a História não tem raiz. Pode-se dizer, como complemento, que a Ciência Política sem o conhecimento de sua história, sem sua historiografia, será praticada sem alma e sem raiz. O desafio que se coloca, portanto, é o da construção de uma agenda de pesquisas sobre a história da Ciência Política no Brasil a partir de suas diversas histórias pessoais, estaduais, regionais, de linhas de pesquisa, e assim por diante. A Ciência Política em geral e a brasileira precisa da sua historiografia. Procurei aqui dar uma pequena contribuição inicial a esse projeto que deve ser coletivo.

BIBLIOGRAFIA

- ABCP, Associação Brasileira de Ciência Política. Projeto Ciência Política no Brasil: História, Conceitos e Métodos. Disponível em <<http://memoria.cienciapolitica.org.br/>>. Último acesso em 20 de janeiro de 2016.
- ACOSTA, A.; FREIDENBERG, F.; PACHANO, S. La Ciencia Política en Ecuador: Un Reflejo de su Fragilidad Democrática (1978-2005). **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 25, n. 01, p. 147-161, 2005.
- ADCOCK, R.; BEVIR, M. The History of Political Science. **Political Studies Review**, v. 3, n. 1, p. 1-16, fev. 2005.
- ADCOCK, R.; BEVIR, M.; STIMSON, S. A History of Political Science: How? What? Why? In: ADCOCK, R.; BEVIR, M.; STIMSON, S. (Eds.), **Modern Political Science: Anglo-American Exchanges since 1880**. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- AGUIRRE, J. R. **Los fundadores de la ciencia política en Argentina**. Buenos Aires: Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales de Buenos Aires, 1979.
- ALMEIDA, M. H. T. Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (Ed.), **História das Ciências Sociais no Brasil**, Vol. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.
- ALMEIDA, M. H. T. Ciência Política no Brasil, avanços e desafios. In: MARTINS, C. B. **Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil**. Bauru: Edusc/Anpocs, 2005.
- ALMOND, G. **A Discipline Divided: Schools and Sects in Political Science**. London: Sage, 1990.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The Civic Culture**, Political Attitudes and Democracy in Five Nations. Newbury Park/London: Sage, 1963.
- ALMOND, G. Political Science: The History of the Discipline. In: GOODING, Robert and KLINGEMANN, H. (Orgs.), **A New Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- ALTMAN, D. La Institucionalización de la Ciencia Política en Chile y América Latina: Una Mirada desde el Sur. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 25, n.01, p. 03-15, 2005.
- ÁLVAREZ, A. A.; DAHDAH, S. La ciencia política en Venezuela: fortalezas pasadas y vulnerabilidades presentes. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 25, n. 1, p. 245-260, 2005.

- AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. La ciencia política en Brasil en la última década: la nacionalización y la lenta superación del parroquialismo. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 35, n. 1, p. 19-31, 2015.
- AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. **La ciencia política en Brasil: El Desafío de la Expansión**. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 25, n. 1, p. 101-110, 2005.
- ANCKAR, D. Political Science in Finland 1960–1975: From Behavioralism to Policy Analysis. **Scandinavian Political Studies**, v. 12, n. A12, p. 105-126, jan. 1977.
- ANCKAR, D. Nordic political science: trends, roles, approaches. **European Journal of Political Research**, v. 20, n. 3-4, p. 239-261, dez. 1991.
- ANCKAR, D.; BERNDTSON, E. The evolution of Political Science: selected case studies. **International Political Science Review**, v. 8, n. 5, p. 5-103, 1987.
- ARTIGA-GONZÁLEZ, A. La Ciencia Política en El Salvador: Sus Primeros Pasos. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v.25, n.01, p. 162-170,2005.
- ASSIS, J. P. Kuhn e as ciências sociais. **Estudos Avançados**, v. 7, n. 19, 1993.
- ASSIS BRASIL, J. F. **Democracia Representativa: Do Voto e do Ato de Votar**. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger e Filhos, 1898.
- ASSIS BRASIL, J. F. **Historia da republica rio-grandense**. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1982.
- AZAMBUJA, D. **Teoria geral do estado**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- AZAMBUJA, D. **Introdução à Ciência Política**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 2008.
- AZPURU, D. La Ciencia Política en Guatemala: El Reto de la Consolidación como Disciplina Independiente. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v.25, n.01, p. 171-181, 2005.
- BALL, T. From Paradigms to Research Programs: Towards a Post-Kuhnian Political Science, **American Journal of Political Science**, v. 20, n. 01, p. 151-177, 1976.
- BAQUERO, C. M. Entrevista concedida à Hélgio Trindade. Porto Alegre, 2006.
- BARRETO, A. A. B. Entrevista concedida à autora. Pelotas, 01 de outubro de 2015.
- BEJARANO, A.; WILLS, M. La Ciencia Política en Colombia: De Vocación a Disciplina. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 25, n.01, p. 111-123, 2005.
- BELL, D. **The Social Sciences since the Second World War**. New Brunswick: Transaction Books, 1985.
- BILLORDO, L.; DUMITRU, A. French Political Science: Institutional Structures in Teaching and Research. **French Politics**, v. 4, p. 124-134, 2006.

- BOTERO, S. (Org.). **La Ciencia Política en Colombia: Una Disciplina en Institucionalización?** Medellín: ACCPOL, 2013.
- BULCOURF, P.; MÁRQUEZ, E. G.; CARDOZO, N. Historia y desarrollo de la ciencia política em América Latina: Reflexiones sobre la constitución del campo de estudos. **Revista de ciencia política**, Santiago, v. 35, n. 1, p. 197-199, 2015.
- CÁLIX, A.; SIERRA, R. Una Mirada a la ciencia política en Honduras: La Necesidad de Sentar Bases para su Institucionalización. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 25, n.01, 182-191, 2005.
- CAMPBELL, A.; CONVERSE, P.; MILLER, W.; STOKES, D. **The American Voter**. Chicago: The University of Chigaco Press, 1976.
- CÁNEPA, M. L. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, o8 de abril de 2015.
- CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. **Relação de cursos recomendados e reconhecidos – Área Ciência Política e Relações Internacionais – Caderno de Indicadores**. 2015. Disponível em <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet>>. Último acesso em 15 de janeiro de 2016.
- CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. Plataforma Lattes. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/>>. Último acesso em 15 de janeiro de 2016.
- CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira. Disponível em <sucupira.capes.gov.br>. Último acesso em 15 de janeiro de 2016.
- CARDOSO, F. H.; LAMOUNIER, B. (Orgs.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CEASER, J. **Liberal Democracy and Political Science**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.
- COLLINI, S.; WINCH, D.; BURROW, J. **That Noble Science of Politics: A Study in Nineteenth-Century Intellectual History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CRICK, B. **American Science of Politics: Its Origins and Conditions**. Berkeley: University of California Press, 1959.
- DAHRENDORF, R. **LSE: A History of the London School of Economics and Political Science, 1895-1995**. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- DAMAMME, D. Genèse sociale d'une institution scolaire [L'Ecole libre des sciences politiques]. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 70, n. 1, p.31-46, 1987.
- DAMAMME, D. D'une école des sciences politiques. **Politix**, v.1, n. 3, p. 6-12, 1988.

- DIAZ, A.; ANTAR, S. La Ciencia Política en Venezuela: Fortalezas Pasadas y Vulnerabilidades Presentes. **Revista de Ciencia Política**, Santiago v.25, n.01, p. 245-260, 2005.
- DRYZEK, J. Revolutions Without Enemies: Key Transformations in Political Science, **American Political Science Review**, v. 100, n. 04, p. 487-492, 2006.
- DRYZEK, J.; NIEMEYER, S.; Reconciling Pluralism and Consensus as Political Ideals. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 3, p. 634-649, 2006.
- EASTON, D. **Uma Teoria de Análise Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- EASTON, D. Political Science in the United States: Past and Present. **International Political Science Review**, v. 6, p. 133-152, 1985.
- EASTON, D. **The Political System: An Inquiry into the State of the Discipline**. New York: Aldred Knopf, 1971.
- ELVANDER, N. The Growth of the Profession 1960-1975: Sweden. **Scandinavian Political Studies**, v. 12, n. A12, p. 75-82, 1977.
- FARR, J. The History of Political Science. **American Journal of Political Science**, v. 32, n.04, p. 1175-1195, 1988a.
- FARR, J. Political Science and the Enlightenment of Enthusiasm. **American Political Science Review**, v. 82, p. 61-69, 1988b.
- FARR, J. Francis Lieber and the Interpretation of American Political Science. **The Journal of Politics**, v.52, n.04, p. 1027-1049, 1990.
- FARR, J. Remembering the Revolution: Behavioralism in American Political Science. In: FARR, J.; DRYZEK, J.; LEONARD, S. (Eds.) **Political Science in History**. Research Programs and Political Traditions. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- FARR, J. Political Science. In: PORTER, T. ; ROSS, D. (Eds.). **The Cambridge History of Science**, v.7, The Modern Social Sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- FARR, J. The History of Political Thought as Disciplinary Genre. In: DRYZEK, J.; HONING, B.; PHILLIPS, A. **The Oxford Handbook of Political Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- FARR, J.; DRYZEK, J.; LEONARD, S. (Eds). **Political Science in History: Research Programs and Political Traditions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- FARR, J.; SEIDELMAN, R. (Eds.). **Discipline and History: Political Science in the United States**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1993.
- FERNÁNDEZ, M. Ciencia Política en Chile. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 25, n.01, p. 56-75, 2005.

- FERRAZ, F. L. S. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 16 de setembro de 2015.
- FINIFTER, A. (Ed.). **Political Science: The State of the Discipline**. Washington: APSA, 1983.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FORJAZ, M. C. S. De como a “autonomia do político” aprisionou os cientistas sociais brasileiros. *Cadernos de Opinião*, n. 14, 1979.
- FORJAZ, M. C. S. **A emergência da Ciência Política no Brasil: Aspectos institucionais**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997.
- FU, Z. The Sociology of Political Science in the People’s Republic of China. In: EASTON, D.; GUNNELL, J. and GRAZIANO, L. (Eds.). **The Development of Political Science: A Comparative Survey**. London: Routledge, 1991.
- FUENTES, C.; SANTANA, G. El “Boom” de la Ciencia Política en Chile: Escuelas, Mercado y Tendencias. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v.25, n.01, p. 16-39, 2005.
- GARAY, M. La Ciencia Política en Bolivia: Entre la Reforma y la Crisis de la Democracia. *Revista de Ciência Política*, Santiago, v.25, n.01, p. 92-100, 2005.
- GARCÉ, A. La Ciencia Política en Uruguay: Un Desarrollo Tardío, Intenso y Asimétrico. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v.25, n.01, p. 232-244, 2005.
- GARCÉ, A.; CARPIUC, C. R. La Ciencia Política en Uruguay: Entre la profesionalización, la partidización y el fantasma del Movimiento Perestroika. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v.35, n.01, p. 121-144, 2015.
- QUINTANILHA, A. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 25 de setembro de 2015.
- GONZÁLES, S. La Ciencia Política en Panamá: Un Nuevo Punto de Partida. *Revista de Ciencia Política*, Santiago, v.25, n.02, p. 204-221, 2005.
- GOODING, R.; KLINGEMANN, H. Political Science: The Discipline; In: GOODING, R. and KLINGEMANN, H. (Orgs.), **A new Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- GRAZIANO, L. The Development and Institutionalization of Political Science in Italy. In: EASTON, D.; GUNNELL, J.; GRAZIANO, L. (Eds.). **The Development of Political Science. A Comparative Survey**. London: Routledge, 1991.
- GRÍMSSON, O. R. Pioneering Political Science: The Case of Iceland. *Scandinavian Political Studies*, v. 12, n, A12, p. 47-63, 1977.
- GUNNELL, J. Political Theory and Political Science. In: MILLER, D. (Ed.) **The Blackwell Encyclopedia of Political Thought**. Oxford: Butler and Tanner Ltd., 1991.

- GUNNELL, J. **The Descent of Political Theory: The Genealogy of an American Vocation.** Chicago: Chicago University Press, 1993.
- GUNNELL, J. **Imagining the American Polity: Political Science and the Discourse of Democracy.** University Park: Pennsylvania State University Press, 2004.
- GUNNELL, J. The Founding of the American Political Science Association: Discipline, Profession, Political Theory, and Politics. **American Political Science Review**, v. 100, n. 4, p. 479-486, 2006.
- GUTTING, G. (Ed.) **Paradigms and Revolutions: Applications and Appraisals of Thomas Kuhn's Philosophy of Science.** Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1980.
- HADDOW, A. **Political Science in American Colleges and Universities (1636-1900).** New York: Appleton, 1939.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. **As três versões do neo-institucionalismo.** Lua Nova, n. 58, p. 193-22, 2003.
- HAYWARD, J. Political Science in Britain. *European Journal of Political Research*, v. 20, n. 3-4, p. 301-322, dez. 1991.
- HAYWARD, J.; BARRY, B.; BROWN, A. (Eds.). **The British Study of Politics in the Twentieth Century.** Oxford: Oxford University Press, 1993.
- HEISS, C. Ciencia Política en Chile: ¿Una disciplina consolidada?. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 35, n. 1, p. 47-70, 2015.
- JANOS, A. **Politics and Paradigms: Changing Theories of Change in Social Sciences.** Stanford: Stanford University Press, 1986.
- JINADU, L. The Globalisation of Political Science: An African Perspective. **African Journal of Political Science**, v. 5, n. 1, p. 1-13, 2000.
- KARASIMEONOV, G. The Development of Political Science in Bulgaria: A Discipline in Transition. **European Journal of Political Research**, v.31, p. 519-532, 1977.
- KASTENDIEK, H. Political Development and Political Science in West Germany. In: EASTON, D.; GUNNELL, J. and GRAZIANO, L. (Eds.). **The Development of Political Science: A Comparative Survey.** London: Routledge, 1991.
- KRUPAVIČIUS, A. The development of political science in Lithuania: Years of the breakthrough. **European Journal of Political Research**, v. 31, n. 4, p. 499-517, jun. 1997.
- KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** Lisboa: Guerra e Paz, 2005.
- KUHNLE, S.; ROKKAM, S. Political Research in Norway 1960–1975: An Overview. **Scandinavian Political Studies**, v. 12, n. A12, p. 127-156, jan. 1977.

- LAKATOS, I. **The Methodology of Scientific Research Programmes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- LAMOUNIER, B. A ciência política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: LAMOUNIER, B. (Org.). **A Ciência Política nos anos 80**. Brasília: Unb, 1982.
- LAUDAN, L. **Progress and its Problems**. Berkeley: University of California Press, 1977.
- LECA, J. French political science: some problems and difficulties in the social organization of the discipline. **European Journal of Political Research**, v. 20, n. 3-4, p. 323-340, 1991.
- LEIRAS, M.; MEDINA, J.; D’ALESSANDRO, M. La Ciencia Política en Argentina: El Camino de La Institucionalización Dentro e Fuera de las Aulas Universitarias. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v.25, n.01, p. 76-91, 2005.
- LEIRAS, M.; MEDINA, J.; D’ALESSANDRO, M. La Ciencia política en Argentina 2005-2014: El Camino de la Consolidación Dentro e Fuera de las Aulas Universitarias. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v.35, n.01, p. 3-17, 2015.
- LEITE, F. Posições e Divisões na Ciência Política Brasileira Contemporânea: explicando sua produção acadêmica. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 149-182, 2010.
- LEITE, F. **O campo de produção da Ciência Política brasileira contemporânea: uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de periódicos, áreas e abordagens**. 2015. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná.
- LEITE, F.; CODATO, A. Autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes. **Agenda Política**, v. 01, n. 01, 2013.
- LESSA, R. O campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: MARTINS, C. B. (Org.), **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- LEYVA, J.; RAMÍREZ, M.F. La ciencia política en Colombia: Una disciplina en continua expansión. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 35, n.01, p. 71-94, 2015.
- LINDBLOM, C. E. Political Science in the 1940s and 1950s. In: BENDER, C.; SCHORSKE, E. **American Academic Culture in Transformation**. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- LIPSET, S. **Political Man: The Social Bases of Politics**. New York: Doubleday and Company, 1960.
- LOAEZA, S. La Ciencia Política: El Pulso del Cambio Mexicano. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 25, n.01, p. 192-203, 2005.

- MARCH, J; OLSEN, J. Neo-Institucionalismo: Fatores Organizacionais na Vida Política, **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 31, p. 121-142, 2008.
- MARCH, R.; JACKSON, R. Aspects of the State of Political Science in Canada. **Midwest Journal of Political Science**, v. 11, n. 4, p. 433-450, 1967.
- MARENCO, A. The Three Achilles' Heels of Brazilian Political Science. **Brazilian Political Science Review**, v. 8, n. 3, p. 3-38, 2014.
- MARENCO, A. When institutions matter: CAPES and Political Science in Brazil. **Revista de Ciencia Política**, Santiago v. 35, n. 1, p. 33-46, 2015a.
- MARENCO, A. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 07 de maio de 2015. (2015b)
- MENDONÇA, D. Entrevista concedida à autora. Pelotas, 01 de outubro de 2015.
- MERRIAM, C. **New Aspects of Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1925.
- MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Idesp, Vértice, Finep, 1989.
- MICELI, S. *A Desilusão Americana: Relações Acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Sumaré, 1990.
- MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**, Vol. 2 São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1995.
- MONTE, F. B. La Ciencia Política en América Latina. Una breve introducción histórica. Convergencia. **Revista de Ciencias Sociales**, Santiago, v. 61, p. 105-133, 2013.
- MONTE, F. B. **Buscando una Identidad**: Breve Historia de la Ciencia Política en América Latina. Guadalajara: Fontamara, 2014.
- MONTE, F. B. Crecimiento e institucionalización de la ciencia política en México. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 35, n.01, p. 95-120, 2015.
- MONTEIRO, L. M. **A Estratégia dos Católicos na Conquista da Sociologia na UFRGS (1940-1970)**. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MÖRSCHBÄCHER, M. **A ciência política Norte-americana e o comportamentalismo: uma análise dos discursos presidenciais da American Political Science Association**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MURRAY, R. **The History of Political Science from Plato to the Present**. New York: Appleton, 1925.

- NANNESTAD, P. The Growth of a Profession: Political Science in Denmark 1960–1975. **Scandinavian Political Studies**, v. 12, n. 12, p. 13-27, 1977.
- NANNESTAD, P. Political Science in Denmark: Trends of Research 1960–1975. **Scandinavian Political Studies**, v. 12, n. 12, p. 85-104, 1977.
- NICOLAU, J.; OLIVEIRA, L. A Produção da Ciência Política Brasileira: Uma Análise dos Artigos Acadêmicos. 37º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais [ANPOCS]. Águas de Lindóia, p. 23-27, 2013.
- NORD, P. Reform, Conservation and Adaptation: Sciences-Po from the Popular Front to the Liberation. In: HAZAREESINGH, S. (Ed.). **The Jacobin Legacy in Modern France**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- NOLL, M. I. S. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 29 de outubro de 2014.
- NUPERGS. Site do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense. Disponível em <www.ufrgs.br/nupergs>. Último acesso em 15 de dezembro de 2015.
- OLOF, R. Political Science in Sweden in the Post-War Period. **Scandinavian Political Studies**, v. 4, n. 4, p. 171-182, 1969.
- OLOF, R. Political Science Research in Sweden 1960–1975: An Overview. **Scandinavian Political Studies**, v. 12, n.12, p. 157-184, 1977.
- OREN, I. **Our Enemies and US: America's Rivalries and the Making of Political Science**. Ithaca: Cornell University Press, 2003.
- PEIXOTO, F. A. 2001. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. V. 1. São Paulo: Sumaré
- PERES, P. Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 53-72, 2008.
- PERES, P.; MÖRSCHBÄCHER, M.; LENINE, E. Ambiguidade como Estratégia? Pluralismo, Dogmatismo e Coesão Comunitária na APSA. In: **Anales Séptimo Congreso Latinoamericano de Ciencia Política**, Bogotá, 2013.
- PÉREZ RANSANZ, A. **Kuhn y el Cambio Científico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- PESONEN, P. The Political Science Profession in Finland. **Scandinavian Political Studies**, v. 12, n.12, p. 29-54, 1977.
- PINTO. C. R. J. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 02 de junho de 2014.

- POLLOCK, F. **An Introduction to the History of the Science of Politics**. London: MacMillan, 1980.
- QUIRINO, C. Departamento de Ciência Política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 32, p. 337-348, 1994.
- RAIN, P. **L'École Libre des Sciences Politiques, Suivi de L'École et la Guerre: La Transformation de son Statut**. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1963.
- RASMUSSEN, E. **A Periphery Looks at Its Centres: The Case of Danish Political Science**. *Scandinavian Political Studies*, v.8, n. 4, p. 319-328, 1985.
- RAVECCA, P. Our Discipline and its Politics. *Authoritarian Political Science: Chile 1979-1989*. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, n.35, v.01, p. 145-178, 2015.
- REDONDO, R.; CULLELL, J. Ciencia Política en Costa Rica: Búsqueda de Identidad Disciplinaria. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v.25, n.01, p. 124-135, 2005.
- REHREN, A.; FERNÁNDEZ, M. La Evolución de la Ciencia Política en Chile: Un Análisis Exploratorio (1980-2000). **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v.25, n.01, p. 40-55, 2005.
- REIS, E. P. A construção intelectual e a política das Ciências Sociais brasileiras: a experiência do IUPERJ. In: MICELI, S. (org.). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1993.
- REIS, F. W. (Org.). **Os partidos e o regime**. A lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.
- REIS, B. P. W; ARAÚJO, R. A Formação do pós-graduando em Ciência Política. In: MARTINS, C. B. **Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil**. Bauru: Edusc/Anpocs, 2005.
- RICCI, D. **The Tragedy of Political Science: Politics, Scholarship, and Democracy**. New Haven: Yale University Press, 1984.
- ROSS, D. **The Origins of American Social Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- SABIA, D. Political education and the history of political thought. **American Political Science Review**, v. 78, n. 4, p. 985-999, 1984.
- SAGAWA, Y. Political Science in Japan. **European Political Science**, v. 5, p. 304-314, 2006.
- SANTOS, W. G. A Imaginação Social Político-Brasileira. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 2-3, 1967.

- SANTOS, W. G. Raízes da Imaginação Política Brasileira. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 7, 1970.
- SANTOS, W. G. A Ciência Política na América Latina. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 1, 1980.
- SCHMIDT, B. **The Political Discourse of Anarchy: A Disciplinary History of International Relations**. Albany: State University of New York Press, 1998.
- SEELEY, J. **Introduction to Political Science**. London: MacMillan, 1896.
- SEIDELMAN, R. **Disenchanted Realists: Political Science and the American Crisis (1884-1984)**. Albany: State University of New York Press, 1985.
- SEIDELMAN, R. Political Scientists, Disenchanted Realists, and Disappearing Democrats; In: FARR, J. and SEIDELMAN, R. (Eds.). **Discipline and History: Political Science in the United States**, 1993.
- SEIDELMAN, R. and HARPHAM, E. **Disenchanted Realists: Political Science and the American Crisis (1884-1984)**. Albany: Suny Press, 1985.
- SHARP, W. Foreign Governments and Politics: The French Election. **American Political Science Review**, p. 533-540, august, 1924.
- SOARES, G. A. D. O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil. In: MARTINS, C. B. **Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil**. Bauru: Edusc/Anpocs, 2005.
- SOMIT, A.; TANENHAUS, J. **The Development of American Political Science: From Burgess to Behavioralism**. Boston: Allyn and Bacon, 1967.
- SORAUF, F. **Perspectives on Political Science**. Columbus: Merrill Books, 1966.
- STAN, L. Romanian political science since 1989. **European Journal of Political Research**, v. 35, n. 4, p. 507-532, 1999.
- STEPLETON, J. **Intellectuals and Public Identities in Britain since 1850**. Manchester: Manchester University Press, 2003.
- TANAKA, M. Los Estudios Políticos en Perú: Ausencias, Desconexión de la Realidad y la Necesidad de la Ciencia Política como Disciplina. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 25, n.01, p. 222-231, 2005.
- TAVARES, J. A. G. A Teoria da Representação Política e do Governo em Assis Brasil. In: ASSIS BRASIL, J. F. **A Democracia Representativa na República: Uma Ontologia**. Brasília: Senado, 1998.
- TAVARES, J. A. G. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 15 de outubro de 2015.

- TRETO, C. La Ciencia Política en Cuba: Del Estancamiento a la Renovación (1980-2005). **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v.25, n.01, p. 136-146, 2005.
- TRINDADE, H. H. C. Participação político-social ao nível local. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 8, 1971.
- TRINDADE, H. H. C. O Político e o Professor. In: TRINDADE, H.; LEITE, O. (Org). **Leônidas Xausa**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2004.
- TRINDADE, H. H. C. Ciências Sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e expansão. In: TRINDADE, H. (Org.). **As Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada (1930-2005)**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- TRINDADE, H. H. C. **Ciências Sociais no Brasil: Diálogos com Mestres e Discípulos**. Brasília: Lieber Livro Editora, 2012.
- TRINDADE, H. H. C. Entrevista concedida à autora. Porto Alegre, 30 de março de 2015.
- TRINDADE, H. H. C. A Ciência Política na UFRGS: Etapa fundacional e de consolidação (1968-1978 ou 1980?). Manuscrito, 2016.
- UFPel. Site do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. Disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/ppgcienciapolitica/>>. Último acesso em 20 de dezembro de 2015.
- UFRGS. Proposta de Doutorado em Ciência Política: Ênfase em Política Comparada e Integração Latino-Americana. Porto Alegre, 1995.
- UFRGS. Processo de Credenciamento do curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul junto à Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior. Porto Alegre, 1996.
- UFRGS. Os trinta anos da pós-graduação em Sociologia. **Revista Sociologia**, v. 6, n. 11, p. 344-350, 2004.
- UFRGS. Arquivo de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Porto Alegre, 2015.
- VALLÈS, J.M. Political Science in Spain, 1960-1990: the Unfinished History of its Coming of Age. **European Journal of Political Research**, v. 20, n. 3-4, p. 431-444, 1991.
- VIANNA, L. W.; CARVALHO, M. A. R.; MELO, M. P. C.; BURGOS, M. B. Doutores e teses em ciências sociais. **Dados**, v. 41, n. 3, 1998.
- WEISBERG, H. (Ed.). **Political Science: The Science of Politics**. New York: Agathon, 1986.

ANEXO

TABELA 2
Distribuição das Teses e Dissertações do PPG Ciência Política UFRGS, de Acordo com a Abordagem Adotada, em Números Absolutos

	1977-1990		1991-1995		1996-2000		2001-2005		2006-2010		2011-2014	
	Teses	Dissertações	Teses	Dissertações	Teses	Dissertações	Teses	Dissertações	Teses	Dissertações	Teses	Dissertações
Comportamento Eleitoral		1		1		3		4	3	1	1	2
Cultura Política		4		3	2	4	7	4		8	7	4
Institucionalismo Histórico-sociológico		14		18								
Institucionalismo Histórico					1	5	3	8	12	24	21	18
Institucionalismo Sociológico					2	16	5	17	10	13	15	21
Institucionalismo da Escolha Racional								2	1	1		1
Teoria Crítica								1	1			
Teoria Estruturalista e Pós-estruturalista		2		3		8	3	4	1	5		1
Teoria: Metodologia					1							2
Pensamento Social		2		2		1	2	3		5	1	3
Teoria Democrática						1						1
Não se Aplica		2										

**TABELA 3. Distribuição das Dissertações do
PPG Ciência Política UFPel, de Acordo com as Abordagens [2012-2014]**

	Números Absolutos
Comportamentalismo: Cultura Política	2
Neo institucionalismo: Histórico	2
Neo-institucionalismo: Sociológico	7
Teoria: Estruturalismo e Pós-estruturalismo	3
Teoria: Pensamento Social	1
Teoria: Teoria Democrática	1

Fonte: Plataforma Sucupira. Elaboração própria.